

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär**

**A DESIGNAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA  
CIDADE FRONTEIRIÇA DE URUGUAIANA: INTERFACE  
PORTUGUÊS E ESPANHOL**

Santa Maria, RS  
2016

Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär

**A DESIGNAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE  
FRONTEIRIÇA DE URUGUAIANA: INTERFACE PORTUGUÊS E ESPANHOL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Eliana da Rosa Sturza

Santa Maria, RS  
2016

**Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär**

**A DESIGNAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE  
FRONTEIRIÇA DE URUGUAIANA: INTERFACE PORTUGUÊS E ESPANHOL**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras, Área de concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

**Aprovado em 19 de dezembro de 2016:**



---

**Eliana Rosa Sturza, Dra. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)



---

**Adail Ubirajara Sobral, Dr. (UCPEL)**



---

**Evelyne Patrícia Figueiredo de Sousa Costa, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2016

## DEDICATÓRIA

*À minha filha Ester, meu amor, minha inspiração para lutar e persistir na busca dos meus sonhos.*

## **AGRADECIMENTOS**

*À Deus, por ajudar-me nesta jornada;*

*Á professora Eliana Sturza, minha orientadora, por receber-me com tanta atenção depois de alguns anos de afastamento da vida acadêmica, pelo incentivo e pelos ensinamentos: Muito Obrigada!*

*Ao meu amado esposo Adalson, por incentivar-me a nunca desistir, por compreender os momentos de ausência, pelo carinho, apoiando-me nos cuidados com a nossa filha;*

*Aos meus queridos pais, Valdomiro e Eliete, por sempre me incentivarem. Por serem minhas companhias nas viagens até Uruguaiana, por todo apoio, cuidado e amor, que dispensaram também a minha filha;*

*Aos colegas Suelen, Felipe e Damaris, que trilharam essa mesma caminhada juntamente comigo. Pelo coleguismo, ajuda e trocas de ideias.*

*Aos professores e funcionários do PPGL, em especial a Helen, sempre atenciosa e disposta a ajudar-nos.*

*Quando chega o domingo,  
eu encilho o meu pingo que troteando sai  
Rumo as velhas barrancas  
de histórias tantas do rio Uruguai  
Eu sou fronteiroço de rédea e caniço  
o perigo me atrai  
Sou de Uruguaiana,  
de mãe castelhana igual a meu pai [...]*

*Canção: Barranca e Fronteira  
Antonio Fagundes e Luiz Telles*

## RESUMO

### A DESIGNAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS NA CIDADE FRONTEIRIÇA DE URUGUAIANA: INTERFACE PORTUGUÊS E ESPANHOL

AUTORA: Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär  
ORIENTADORA: Eliana da Rosa Sturza

Entende-se que a fronteira territorial "é a cristalização no território de um limite legal, físico e simbólico, de ação de um projeto social hegemônico pelo Estado-Nação" (Cataia, 2011, p. 19). No entanto, a fronteira também pode ser concebida como uma zona de entremeio, de confluências e de conflitos, em que convergem as características de uma sociedade fronteiriça. Na fronteira social fluem as relações entre outras nações, outras línguas, outras culturas, outros sujeitos. Essas práticas sociais, culturais e comunitárias re-significam o que é território nacional, desencadeando um processo de desterritorialização (Sturza, 2011). A fronteira oeste do Rio Grande do Sul foi e continua sendo um local estratégico para o estabelecimento de um intenso comércio entre o Brasil e os países da Bacia do Prata. O comércio propicia o deslocamento de mercadorias, sujeitos e línguas. Foi esse intenso "ir" e "vir" que nos despertou o interesse em pesquisar a presença do espanhol nas designações dos estabelecimentos comerciais, especificamente na cidade de Uruguaiana, que faz divisa com Paso de los Libres (Argentina). O comércio da fronteira propicia a desterritorialização na língua, uma vez que se identifica o espanhol como uma língua que constitui com o português o Espaço de Enunciação Fronteiriço. Assim, objetiva-se com esta pesquisa, averiguar como e onde a língua espanhola circula no comércio de Uruguaiana. Esta pesquisa mostra, através das designações, que o espanhol circula no comércio através da escrita, obtendo perenidade, além de circular com maior frequência na oralidade pela necessidade de comunicação fluída para vender. O *corpus* da pesquisa constitui-se de dez designações de estabelecimentos comerciais, que se encontram no perímetro urbano da cidade, principalmente em áreas com concentração comercial. Este trabalho filia-se a perspectiva teórica da *Semântica do Acontecimento* do professor Eduardo Guimarães. A pesquisa conta com contribuições de pesquisadores de outras áreas do conhecimento, que investigam a temática das fronteiras. As pesquisas e os estudos realizados pela professora Eliana Sturza, estudiosa das línguas de fronteira, são amplamente retomados neste trabalho. Os conceitos-chaves mobilizados são: a designação, a temporalidade do acontecimento, o Espaço de Enunciação Fronteiriço e o funcionamento do político. Através da análise das designações, constatou-se que o espanhol é uma língua de circulação no comércio fronteiriço, que está presente na escrita e que ao designar os estabelecimentos comerciais em língua espanhola os sujeitos fronteiriços identificam-se com esta língua, como sendo sua e do lugar político de seus destinatários enquanto consumidores, o uso da língua espanhola para designar os estabelecimentos comerciais na fronteira marca a existência de um espaço de enunciação diferenciado, o Espaço de Enunciação Fronteiriço.

**Palavras-chave:** Fronteira. Comércio. Línguas. Designação.

## RESUMEN

### LA DESIGNACIÓN DE LOS ESTABLECIMIENTOS COMERCIALES EN LA CIUDAD FRONTERIZA DE URUGUAYANA: INTERFACE PORTUGUÉS Y ESPAÑOL

AUTORA: Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär  
ORIENTADORA: Eliana da Rosa Sturza

Se entiende que la frontera territorial “es la cristalización en el territorio de un límite legal, físico y simbólico, de acción de un proyecto social hegemónico por el Estado-Nación (Cataia, 2011, p. 19). Sin embargo, la frontera también puede ser concebida como una zona de intermedio, de confluencias y de conflictos, en que convergen las características de una sociedad fronteriza. En la frontera social emanan las relaciones entre otras naciones, otras lenguas, otras culturas, otros sujetos. Esas prácticas sociales, culturales y comunitarias re-significan lo que es territorio nacional, desencadenando un proceso de desterritorialización (Sturza, 2011). La frontera oeste del Rio Grande del Sur fue y continúa siendo un local estratégico para el establecimiento de un intenso comercio entre Brasil y los países de la Bacía del Plata. El comercio propicia el desplazamiento de mercancías, sujetos y lenguas. Fue ese intenso “ir” y “venir” que nos despertó el interés en investigar la presencia del español en las designaciones de los establecimientos comerciales, específicamente en la ciudad de Uruguayana, que es divisa con Paso de los Libres (Argentina). El comercio de la frontera propicia la desterritorialización en la lengua, una vez que se identifica el español como una lengua que constituyó con el portugués el Espacio de Enunciación Fronterizo. Así, se objetiva con esta investigación, averiguar cómo y dónde la lengua española circula en el comercio de Uruguayana. Esta investigación muestra, a través de las designaciones, que el español circula en el comercio a través de la escrita, obteniendo perennidad, además de circular con mayor frecuencia en la oralidad por la necesidad de comunicación fluida para vender. El *corpus* de la investigación se constituye de diez designaciones de establecimientos comerciales, que se encuentran en el perímetro urbano de la ciudad, principalmente en las áreas con concentración comercial. Este trabajo se filia a la perspectiva teórica de la *Semántica del hecho* del profesor Eduardo Guimarães. La investigación cuenta con contribuciones de investigadores de otras áreas del conocimiento, que investigan la temática de las fronteras. Las investigaciones y los estudios realizados por la profesora Eliana Sturza, estudiosa de las lenguas de frontera, son ampliamente retomados en este trabajo. Los conceptos claves movilizados son: la designación, la temporalidad del hecho, el Espacio de Enunciación Fronterizo y el funcionamiento del político. A través del análisis de las designaciones, se constató que el español es una lengua de circulación en el comercio fronterizo, que está presente en la escritura y que al designar los establecimientos comerciales en lengua española los sujetos fronterizos se identifican con esta lengua, como siendo suya y del lugar político de sus destinatarios en cuanto consumidores, el uso de la lengua española para designar los establecimientos comerciales en la frontera marca la existencia de un espacio de enunciación diferenciado, el Espacio de Enunciación Fronterizo.

**Palabras clave:** Frontera. Comercio. Lenguas. Designación.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>1. A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS NO SUL DO BRASIL: O PALCO DE DISPUTA ENTRE DUAS COROAS.....</b>	<b>15</b>
1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE LIMITES INTERNACIONAIS E FRONTEIRA.....	15
1.2 AS DISPUTAS PELA POSSE DA TERRA NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: UMA HISTÓRIA DE ACERTOS E DESACERTOS.....	19
<b>2. A SOCIOLOGIA DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: A CIDADE, OS SUJEITOS E O COMÉRCIO.....</b>	<b>23</b>
2.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE DE URUGUAIANA: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS .....	24
2.2 URUGUAIANA: PONTO ESTRATÉGICO DE COMÉRCIO COM A BACIA DO PRATA.....	29
<b>3. LÍNGUA NA E DA FRONTEIRA E O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO.....</b>	<b>37</b>
3.1 PERCORRENDO OS CAMINHOS DA SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO....	38
3.2 A CIRCULAÇÃO DAS LÍNGUAS NO ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO.....	43
3.3 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO E A FRONTEIRA COMO ESPAÇO PROPÍCIO PARA O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO.....	48
3.4 AS PESQUISAS DAS LÍNGUAS DE FRONTEIRA NO ÂMBITO ACADÊMICO: UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS.....	52
<b>4. O COMÉRCIO COMO ESPAÇO E CONSTITUIÇÃO DE UMA CENA ENUNCIATIVA NA FRONTEIRA: NO ENTREMEIO DAS LÍNGUAS .....</b>	<b>56</b>
4.1 A MARCA E O NOME COMERCIAL .....	57
4.2 CONSTRUINDO O ARQUIVO: A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA A PARTIR DAS DESSIGNAÇÕES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA CIDADE DE URUGUAIANA .....	58
4.3 O MAPA COMO TEXTO: UM GESTO DE ANÁLISE DAS DESIGNAÇÕES .....	63
<b>4.3.1 O uso dos artigos determinantes e sua evolução do latim vulgar .....</b>	<b>65</b>

<b>4.3.2 O funcionamento semântico-enunciativo das designações .....</b>	<b>67</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>91</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>94</b>

## INTRODUÇÃO

Entende-se que “a fronteira é a cristalização no território de um limite legal, físico e simbólico, de ação de um projeto social hegemônico pelo Estado-nação” (Cataia, 2011, p. 19). No entanto, na perspectiva em que a tomamos como objeto de pesquisa, a fronteira é concebida como uma zona de entremeio, de confluências e de conflitos, em que convergem as características de uma sociedade fronteiriça. Nesta fronteira social fluem as relações entre outras nações, outras línguas, outras culturas, outros sujeitos. Essas práticas sociais, culturais e comunitárias re-significam o que é território nacional, desencadeando um processo de desterritorialização (Sturza, 2011).

Essa desterritorialização ocorre também na língua e materializa-se nas misturas, “nas mesclas de línguas que funcionam como mobilizadoras das interações entre sujeitos” (Sturza, 2011, p. 103). O comércio fronteiriço contribui para o “ir” e “vir” de pessoas e mercadorias, de um lado ao outro da fronteira, o que acaba contribuindo significativamente para esse processo de desterritorialização das línguas portuguesa e espanhola. Além dessas duas línguas nacionais e oficiais há práticas linguísticas como o *portunhol*, na fronteira sul-riograndense, que se relaciona com uma necessidade de comunicação. Esta prática é bem comum no comércio, pois o *portunhol* “no contexto de fronteira, tem um funcionamento relacionado com uma necessidade de comunicação fluída para vender, para informar, para negociar, para conhecer, para interagir entre outras funções” (Sturza, 2011, p.103). Considerando que a zona de comércio, na fronteira, propicia um constante contato entre as línguas é que a escolhemos e delimitamos investigar o funcionamento das línguas neste espaço urbano.

O *portunhol* é compreendido de diferentes maneiras dependendo da perspectiva teórica em questão. Para a perspectiva teórica da Linguística Aplicada este é entendido como um processo de *interlíngua*, quando não se domina totalmente a língua-meta e ainda há mescla com a língua materna. No entanto, no contexto da fronteira, o funcionamento do *portunhol* está relacionado a uma necessidade de comunicação fluída, este é entendido como uma prática linguística que se inclui nas línguas de fronteira. Para Sturza (2010, p. 95) do ponto de vista do seu funcionamento enunciativo-pragmático, o *portunhol* “é uma língua que funciona

sempre que projetada para um interlocutor, a saber, não desconhecido, não tão estrangeiro, mas com quem é preciso ampliar o contato, é necessário compreender”.

A escolha pela cidade de Uruguaiiana relaciona-se com as minhas memórias de quando era criança, quando vivi nesta cidade e presenciava o uso do espanhol ou da mescla entre o português e o espanhol no comércio local. Alguns familiares, como tios, trabalhavam em um lugar que se denomina “baixada”, um local de comércio informal e próximo da aduana, que visa vender, principalmente, para os argentinos que passam diariamente para o lado brasileiro. As memórias que tenho são de vendedores falando uma de misturas de línguas, o *portunhol*, com os clientes argentinos que vinham comprar. De acordo com as memórias que tenho os compradores argentinos não se esforçavam para falar o português, eram os vendedores brasileiros que tentavam falar o espanhol, com o intuito básico de fazer-se entender e conquistar a venda. Os anos passaram-se e ingressei no curso de Letras – Espanhol na UFSM. Neste tempo de graduação, sempre quis pesquisar sobre esta prática linguística, o *portunhol*, que se falava no comércio de Uruguaiiana e que escutava quando era criança. Foi neste momento que procurei a professora Eliana Sturza, estudiosa das línguas de fronteira e integrei-me ao seu projeto de pesquisa denominado Entrelínguas. Através deste contato e dos estudos desenvolvidos sobre as línguas de fronteira, produzimos o trabalho de conclusão de curso que se intitulou *O comércio informal e o uso do portunhol na cidade fronteira de Uruguaiiana (2009)*. Este trabalho foi desenvolvido através da distribuição de questionários entre os comerciantes da “baixada”, local onde se detectava o uso mais frequente do *portunhol*. A perspectiva teórica foi a da Sociolinguística e chegou-se aos resultados através de uma pesquisa qualitativa e quantitativa.

Depois de alguns anos, após a graduação, surgiu o desejo de voltar aos estudos e novamente com a ajuda da minha orientadora, professora Eliana Sturza, estudar a questão das línguas na fronteira. Porém, neste trabalho, propomo-nos a estudar a questão das línguas no comércio fronteiro através de outro olhar teórico, sob a perspectiva da Semântica do Acontecimento, proposta pelo professor Eduardo Guimarães (2005). Ao andar pelo comércio de Uruguaiiana, visualizando placas e materiais impressos, identificamos que havia nomes de estabelecimentos comerciais em língua espanhola ou em um processo de mistura de línguas. A partir da coleta destes nomes de estabelecimentos comerciais despertou-nos o desejo de analisar o

funcionamento dos mesmos, através do estudo enunciativo das designações. Para Guimarães (2003, p. 22) “as designações têm, em geral, um papel muito importante que não se reduz ao papel de indicar a existência de algo em algum lugar, nem mesmo ao de servir de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações histórico-sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte”.

Entendendo a enunciação, conforme Guimarães (1998), como o acontecimento histórico do funcionamento da língua decidiu-se estudar o funcionamento dos nomes dos estabelecimentos comerciais, tomando como *corpus* específico dez designações de estabelecimentos de diferentes ramos de comércio, que se localizam no perímetro urbano da cidade de Uruguaiana, sendo este o nosso objeto de análise.

um nome de lugar, ao remeter a um espaço físico carregado de simbolismo, vai adquirindo certos sentidos que são resultados de tudo o que se disse sobre o lugar, do que se viu e se viveu nele, sentidos que formam conotações, as quais podem ser reveladas entrevistando aos habitantes do lugar cujo nome se estuda e que, como é óbvio, não são fixos, mas mutantes, já que sofrem mudanças e transformações historicamente inscritas. Por tudo isso, os nomes de lugar estão cheios de significado e sentido (SIPAVICIUS, 2010, p. 603).

Através do gesto de análise das designações, objetivamos responder as seguintes perguntas de pesquisa: como e onde há circulação da língua espanhola no comércio da cidade de Uruguaiana? O contexto sócio-histórico, ou seja, o exterior ao sistema da língua influencia no funcionamento dos nomes dos estabelecimentos comerciais?

Para responder esses questionamentos pareceu-nos necessário em um primeiro momento, anterior à análise, abordar os aspectos históricos que configuraram as fronteiras sul-riograndenses. Assim, no primeiro capítulo relatamos como ocorreu o processo de delimitação das fronteiras na região oeste do Rio Grande do Sul, assim como a concepção de fronteira e limite internacional através de pesquisas em outras áreas do conhecimento como a geopolítica e a geografia política. No segundo capítulo, há um referencial sócio-histórico de como ocorreu o processo de urbanização na fronteira, quais foram os povos que contribuíram para a formação da identidade fronteiriça e como ocorreu a formação política e econômica

da cidade de Uruguaiana. Logo, tornou-se imprescindível tratar sobre o comércio presente na região, sendo este um propulsor da economia local, já presente antes da emancipação da cidade.

Considerando que para analisar o nosso objeto de pesquisa é necessário embasamento teórico, o terceiro capítulo trata sobre os estudos enunciativos. Retomamos pressupostos pertinentes de teóricos importantes para a Linguística da Enunciação como os de Benveniste, Guimarães, entre outros. Revimos conceitos como o da temporalidade do acontecimento, o de Espaço de Enunciação Fronteiriço e o funcionamento do político, conceitos estes muito relevantes para a futura análise das designações. Também tratamos sobre as questões linguísticas fronteiriças e os primeiros estudos sobre as línguas de fronteira, que configuraram a área que se conhece por Linguística Fronteiriça. No quarto capítulo, há a metodologia utilizada na construção do arquivo e os motivos que levaram ao posterior recorte do *corpus*. O *corpus* compõe-se de dez designações que são analisadas individualmente, através da perspectiva da *Semântica do Acontecimento*. As entrevistas realizadas como os comerciantes, entre os dias primeiro e cinco de agosto de 2016, deram um maior embasamento para a análise das designações.

## 1. A DELIMITAÇÃO DAS FRONTEIRAS NO SUL DO BRASIL: O PALCO DE DISPUTA ENTRE DUAS COROAS

Antes de tratar-se sobre as questões linguísticas fronteiriças, especificamente sobre as designações dos estabelecimentos comerciais da cidade de Uruguaiiana acreditamos ser necessário observar como foram configurando-se as fronteiras ao sul do Brasil, visto que os estudos linguísticos dialogam com as outras áreas do conhecimento como a história, a geografia, a antropologia, entre outras, áreas estas em que buscamos subsídios para a construção deste capítulo. Neste referencial teórico histórico se verificará o quanto estas terras ao sul do continente americano foram alvo de intensas disputas entre as Coroas de Portugal e Espanha e também acabaram estabelecendo-se como uma das principais rotas de contrabando (comércio informal) entre luso-brasileiros e castelhanos rio-platenses, através do rio Uruguai. Estes episódios históricos acabaram corroborando para a configuração da situação linguística atual das fronteiras sul-rio-grandenses.

### 1.1 CONSIDERAÇÕES ACERCA DE LIMITES INTERNACIONAIS E FRONTEIRA

É de suma importância começar-se pelo que se entende por limite e fronteira, uma das palavras chaves deste estudo. De acordo com Machado (2010) as palavras limites e fronteiras são termos muito antigos e aplicáveis a várias áreas do conhecimento. Documentos comprovam que para os povos da Antiguidade estas noções já eram importantes, porém eram aplicadas de forma intuitiva e sem um conceito definido. Com o desenvolvimento do sistema de Estados nacionais, a partir do século XVI, a fronteira e os limites assumiram maior relevância para os campos da Geografia Política, da Geopolítica e da Ciência Política. A existência do Estado territorial foi o fator determinante da delimitação das fronteiras (Cataia, 2011).

A compartimentação do espaço começou com o uso do território, que traça caminhos, estabelece rotas e funda limites de exploração, este espaço é *apropriado, delimitado e marcado*. Para Cataia (2011) essa compartimentação do espaço tem importância considerável, pois revela distintos projetos sociais, historicamente elaborados por meio dos controles físico e simbólico do território.

Para Machado (2010, p. 60-61) “o limite internacional foi estabelecido como conceito jurídico associado ao Estado territorial no sentido de delimitar espaços mutuamente excludentes e definir o perímetro máximo de controle soberano exercido por um Estado central”. De acordo com Golin (2002, p. 10) sem essas linhas inconfundíveis (limites) “o presente sistema de Estado ficaria reduzido ao caos, pois seria impossível saber-se onde terminaria a soberania de um Estado e onde começaria a do outro”. Os limites internacionais são na maioria das vezes uma linha abstrata (imaterial), porém podem ser materializados, como no caso do muro erguido entre Estados Unidos e México, sendo uma exceção à regra geral. Há o papel simbólico dos limites, como a separação e a diferença, que foram incorporadas pelas ideologias nacionalistas como o “nós” e os “outros”, o “próprio” e o “não-próprio”. As aduanas, a polícia, o serviço migratório, o regulador de intercâmbio e até mesmo os aeroportos internacionais são aparatos funcionais desse papel simbólico dos limites.

O limite jurídico do Estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. O chamado marco de fronteira é, na verdade, um símbolo visível do limite. Visto dessa forma, o limite não está ligado à presença de gente, sendo uma abstração generalizada da lei nacional, sujeita às leis internacionais. Assim, limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais. (GOLIN, 2002, p. 11)

As novas Tecnologias da Comunicação e da Informação (NTCI), que se estabeleceram após os anos 70, impulsionaram uma política de disjunção, juntamente com a perspectiva político (ideológica) da abertura, sem restrições dos mercados a partir dos anos 80 – “a intersecção entre território e soberania foi a marca fundamental do Estado moderno” (Cataia, 2011, p. 16).

A realidade geográfica da fronteira é mais complexa do que a noção de limite, “pois se faz pela territorialização de grupos humanos e de redes de circulação e intercâmbio, unidos pela permeabilidade dos limites estatais através da comunicação entre populações pertencentes a diferentes sistemas de poder territorial” (Machado, 2010, p. 61-62). Logo, a fronteira é vista como perigosa e uma ameaça porque pode desenvolver interesses distintos aos do governo central. A

fronteira tem um caráter aberto e desafiador enquanto que o limite precisa estar objetivamente demarcado (Golin, 2002).

Na medida em que os padrões de civilização foram se desenvolvendo acima do nível de subsistência, as fronteiras entre ecúmenos tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Mesmo assim, não tinha a conotação de uma área ou zona que marcasse o limite definido ou fim de uma unidade política. Na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas de começo do estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir. (COLVERO, 2004, p. 93)

A zona de fronteira é um espaço relacional, podendo assumir o sentido de lugar de comunicação e troca assim como de tensão e conflito. As partes em litígio fazem valer o limite internacional opondo-se a fronteira como lugar de comunicação e de mobilidade transfronteiriça. Logo, a zona de fronteira caracteriza-se pela complexidade das relações e interações (Machado, 2010). Ainda que “a presença do Estado imponha distinções marcantes entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço pode ensejar estilos de vida semelhantes em ambos os lados, o que, algumas vezes, influi na existência de uma identidade regional singular” (Colvero, 2004, p. 94).

Segundo Cataia (2011) as fronteiras assumem cinco funções: legal, controle, fiscal, ideológica e militar.

A função legal delimita o território político. A função de controle diz respeito à inspeção do trânsito de homens, bens e serviços. A função fiscal representa um instrumento da política econômica, como os protecionismos. A função ideológica marca territórios e esconde conflitos potenciais. A função militar seria hoje ambígua, porque armamentos sofisticados tornam as fronteiras obsoletas. (CATAIA, 2011, p. 22)

Para Golin (2002, p. 15) a fronteira pode ser entendida como “uma área compartilhada, moldada por uma história comum”, logo não se pode ignorar, por exemplo, que as fronteiras sul-riograndenses estiveram, historicamente, em permanente tensão. A fronteira também é essencialmente o lugar da alteridade, do conflito, o que a torna uma realidade diferenciada. Há cooperação por um lado e conflito por outro, por isso há o uso progressivo dos termos linha-fronteira, como aquela que separa e a zona-fronteira, como aquela que unifica (Cataia, 2011).

A posição geográfica da cidade em relação ao limite internacional pode identificá-la como sendo de linha de fronteira ou de região de fronteira. Pela Constituição Federal de 1988, as cidades localizadas nos 150 km a partir do limite internacional podem ser consideradas como cidades de região de fronteira (Machado, 2010). A região de fronteira é uma área estratégica e de relações (trocas) entre habitantes pertencentes a Estados diferentes, o que a torna constantemente móvel: abrindo-se e fechando-se de acordo com os interesses. “A fronteira ao mesmo tempo proíbe e autoriza a passagem, pois é uma construção histórica resultante de relações de força entre grupos ou classes sociais, típicas de sociedades capitalistas” (Colvero, 2004, p. 96).

Segundo Golin (2002) as fronteiras sul-riograndenses são, historicamente, espaços periféricos com economias regionais relativamente isoladas dos centros dinâmicos e de decisões nacionais e com potencial reprimido por esta situação. Para Fernandes & Sturza (2009) a fronteira caracteriza-se não como um lugar periférico do Estado nação, mas como espaço de confluências, que podem ser de integração ou oposição, de todo tipo, política, ideológica, econômico-social.

Em outras palavras, pela condição mesma de ser um espaço periférico está a fronteira à frente das rivalidades locais, regionais e nacionais. Mesmo quando essas negociações dizem respeito ao nacional, elas afetam a vida fronteiriça, sobretudo quando contrárias a certas demandas dos agentes econômicos locais (legais ou ilegais). Sentir a fronteira nas suas dicotomias desmitifica a concepção de fronteira simbólica. Ali a vida pulsa, tem suas idiosincrasias. (FERNANDES & STURZA, 2009, p. 211)

A globalização fez com que a problemática das fronteiras tornara-se mais complexa e o território mais poroso. Com o fim do socialismo soviético, a queda do muro de Berlin e a ascensão do neoliberalismo, que prega a abertura dos mercados nacionais, fizeram com que parecesse que as fronteiras políticas estariam com os seus dias contados, principalmente pelos discursos sobre o fim do território e a soberania. No entanto, não foi isso que ocorreu, para separar ou para integrar as fronteiras retornaram. Ainda hoje as fronteiras não perderam seu significado de barreira jurídica estabelecida pelo Estado, especialmente quando se trata de mercadorias e fluxo de pessoas, porém quando se trata de fluxos informacionais (de voz, de imagens, de dados, enfim de mensagens, principalmente as financeiras) as fronteiras políticas não são barreiras eficazes (Cataia, 2011).

Esses fatores propiciaram que se começasse a pensar a fronteira de um modo diferente, não mais como agente de cisão dos povos subordinados à soberania do Estado territorial, tampouco sendo desmanteladas em nome da globalização, “mas podem ser instrumentos de compartimentação de projetos socioterritoriais que apesar de divididos, podem esposar princípios gerais de dignidade e humanidade” (Cataia, 2011, p. 30).

## 1.2 AS DISPUTAS PELA POSSE DA TERRA NO RIO GRANDE DE SÃO PEDRO: UMA HISTÓRIA DE ACERTOS E DESACERTOS

As fronteiras do estado do Rio Grande do Sul desde os primórdios da sua colonização configuraram-se como um espaço relacional, conforme descrito por Machado (2010), tanto no sentido da comunicação e da troca como da tensão e do conflito. Duas coroas europeias disputaram constantemente o seu território, os reinos de Portugal e o de Espanha. Ao mesmo tempo em que havia disputas incessantes pelo domínio das terras, também se estabeleceu um sistema de comunicação tão intenso entre estes dois povos, o que acabou influenciando na cultura e na língua dos habitantes sul-riograndenses. A fronteira é marcada por uma memória de litígios e de trocas entre luso-brasileiros e castelhanos rio-platenses.

A fronteira rio-grandense é o produto da ação do Estado e de sua concepção expansionista, que produziu na população formas concretas de mobilização e uma cultura imanente dessa lógica de transposição de limites; uma população que se fez no movimento sobre o outro transfronteiriço, na transgressão territorial, e que encontrou a sua coesão formativa na relação ocupacional e opositiva ao outro regional/nacional “castelhano”. E que também se distinguiu do restante do país no parâmetro belicista da guerra, onde a cavalaria – para o fronteiriço arma militar e método de trabalho, simbolizada como paradigma cultural – afirmou praticamente a imagem sulista. (GOLIN, 2002, p. 59)

Uma forte influência espanhola na ocupação do território sul-riograndense foram os padres da Companhia de Jesus (jesuítas) que lutaram contra os bandeirantes (portugueses), que viam em busca de mão de obra. Seus objetivos eram escravizar o índio e saquear suas aldeias. As incursões portuguesas, nas quais atuavam, adentraram os territórios mais longínquos do poder central e foram nomeadas de “entradas” e “bandeiras”. “O movimento das bandeiras constituiria a

principal experiência de fronteira” (Chiappini, Martins e Pesavento, 2011, p. 17). Diferentemente dos bandeirantes, os jesuítas objetivavam reduzir o índio para convertê-lo à fé cristã, livrando-o de sua cultura pagã. A chegada dos primeiros padres da Companhia de Jesus ocorreu a partir do ano de 1626. Estes se estabeleceram na chamada zona do “Tape”<sup>1</sup> e começaram a fundar as suas reduções, sob bandeira espanhola (Colvero, 2004).

Logo, os jesuítas começaram a representar uma ameaça aos interesses dos luso-brasileiros, pois disputavam a mão de obra indígena. Em 1636, as reduções do Tape foram atacadas pelas tropas chefiadas pelo bandeirante Raposo Tavares. A partir de 1680, fundou-se a Colônia do Sacramento, sob a bandeira portuguesa, em frente ao porto de Buenos Aires, também os jesuítas retornaram ao local das suas antigas reduções. Ficou claro que as nações ibéricas queriam permanecer na região, iniciando-se, assim, um processo de conflito político, militar, econômico e religioso.

Desde 1640, o contrabando estivera em ascensão na região do Prata, onde os portugueses, através da Colônia do Santíssimo Sacramento, mantinham um intenso comércio de manufaturas, principalmente inglesas. Isso deixava os espanhóis desgostosos, levando-os, em consequência, em 1680, a atacar o reduto português. Quanto aos índios, acreditavam que a região pertencia aos domínios espanhóis e, portanto, ao rei. (COLVERO, 2004, p. 21)

No final da primeira metade do século XVIII, as relações entre espanhóis, luso-brasileiros e guarani-missionários, na região do Prata, ficaram insustentáveis. Com o intuito de resolver o problema, os monarcas das duas Coroas assinaram, em 1750, o Tratado de Madri. Com este tratado, as reduções dos sete povos das missões ficariam sob o domínio português, com isso os índios reduzidos revoltaram-se, pois queriam continuar sob o domínio espanhol. Esse fato fez eclodir a Guerra Guaranítica, que se iniciou em 1754 e como consequência dizimou as reduções, os índios foram massacrados e derrotados pelos portugueses. Segundo Golin (2002, p. 49) “somente depois da derrota indígena na Guerra Guaranítica, em 1756, é que a fricção fronteira tomou o aspecto de zona entre dois Estados tipicamente coloniais.

---

<sup>1</sup> Tape era a área que se estendia pela bacia do Jacuí, limitando-se, por um lado, pelos contrafortes das Serras do Mar e Geral e com o rio Uruguai, por outro (Colvero, 2004, p. 19).

Assim mesmo, os charruas e os minuanos conservavam muitas áreas, a exemplo da região do Jarau”.

Outros tratados foram assinados com a intenção de definir as terras que pertenceriam a Portugal e Espanha, visto que as relações entre as duas Coroas continuavam estremecidas. Em 1761, foi assinado o Tratado de El Pardo<sup>2</sup> e em 1777 o de Santo Ildefonso<sup>3</sup>. Também se definiu uma faixa de terra na divisa das duas fronteiras, entre a lagoa Mirim, lagoa Mangueira e a costa Atlântica, como terras neutras que não pertenceriam a nenhuma das duas coroas. “Os campos neutrais, como ficaram conhecidas tais terras, serviram como uma das principais rotas de contrabando entre o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental” (Colvero, 2004, p. 27).

Ainda com todas as tentativas de solucionar o problema das fronteiras sul-riograndenses foi somente no ano de 1801, que os portugueses “tendo à frente o estancieiro Manuel dos Santos Pedroso, juntamente com José Borges do Canto e mais alguns homens, conquistaram as Missões orientais, o que levou a que se começasse a definir a fronteira oeste do Rio Grande do Sul”. Com a tomada do Povo de São Borja encerrou-se o capítulo das Missões pelas armas portuguesas. Com a doação de sesmarias, houve muita procura pelas terras sulinas por parte de estancieiros do centro do país, militares e funcionários do Império, que buscavam uma propriedade para desenvolver uma atividade capitalista. As atividades não fugiram ao modelo já consagrado pelos jesuítas: a criação do gado e a produção de alguns produtos de grande consumo, como a erva-mate (Colvero, 2004).

Mas é preciso pensar que um papel tão ou mais importante na construção do mapa atual da nação e da sua invenção como comunidade imaginária foi exercido pelas fronteiras moventes do Rio Grande do Sul e do Prata, como consequência em parte, mas apenas em parte, da ação dos bandeirantes, pois houve aí ação e reação dos fazendeiros, peões, soldados, índios e negros (muitas vezes confundidos entre si) dos dois ou dos três lados da fronteira pampiana. (CHIAPPINI, MARTINS & PASAVENTO, 2011, p. 17-18).

Essa memória de litígios faz com que o imaginário do mundo da fronteira seja a de um mundo pouco regrado, um mundo da aventura. Muitos o veem como um

<sup>2</sup> Este tratado não anulava totalmente o de Madri, mas devolvia as Missões Jesuíticas ao domínio espanhol e a Colônia do Sacramento, a Portugal (Colvero, 2004, p. 26).

<sup>3</sup> O tratado tinha como objetivo a troca das Missões e da Colônia do Sacramento pela Ilha de Santa Catarina, bem como a renúncia à navegação nos rios da Prata e Uruguai por parte de Portugal (Colvero, 2004, p. 27).

mundo de violência, onde a civilização se valeria da selvageria. Há uma reiteração da violência e da discriminação dos mais fortes em detrimento dos mais fracos, o que explica a permanência do gaúcho na literatura e na música. Os heróis da fronteira são bandeirantes, fazendeiros, pistoleiros, entre outros. A violência produzida contra índios, negros, mulheres e crianças foi justificada pelo conflito entre natureza e cultura e acabou sendo tolerada. Assim, “fronteiras, por definição, seriam terras sem dono, e sua conquista seria um ganho para a sociedade civilizada” (Chiappini, Martins & Pesavento, 2011, p. 19). As fronteiras sul-riograndenses configuraram-se por meio de um processo lento e tardio, devido às intensas disputas bélicas e diplomáticas entre as coroas portuguesa e espanhola.

## 2. A SOCIOLOGIA DA FRONTEIRA BRASIL-ARGENTINA: A CIDADE, OS SUJEITOS E O COMÉRCIO

Entendemos que há uma relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, ou seja, a língua relaciona-se à sua exterioridade. Assim sendo, a memória, o contexto sócio-histórico e o ideológico são essenciais nas práticas linguísticas dos sujeitos. Na análise de discurso, linha teórica que dialoga com a Semântica do Acontecimento, a historicidade não pode ser entendida como uma simples cronologia, evolução, ou relação de causa-e-efeito. "Trata-se antes de pensar relações de filiação, de memória (estruturada pelo esquecimento), de discursividade" (Orlandi, 2009, p. 87).

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito. (ORLANDI, 2013, p. 68)

Quando o sujeito fala, pensa que é a origem do dizer, no entanto "o dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua". É o que se chama de interdiscurso, sempre há um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer (Orlandi, 2013, p. 32 e 33). Segundo Guimarães (2003, p. 14) é o interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. "Falar é estar nesta memória". Portanto, objetiva-se com este capítulo retomar essa memória, a formação sócio-histórica da cidade de Uruguaiana, assim como as suas intensas atividades comerciais, pois acreditamos que toda essa historiografia afeta o acontecimento da enunciação. No gesto de análise das designações dos estabelecimentos comerciais a língua significa esta história, pois a historicidade é constitutiva do sentido.

Neste capítulo, abordamos a formação da cidade de Uruguaiana, o seu processo de urbanização e os sujeitos que ajudaram a formar o que se chama de

sociologia da Fronteira<sup>4</sup>. Também tratamos sobre o intenso comércio formal e informal estabelecido entre o Brasil e os países da Bacia do Prata.

## 2.1 A FORMAÇÃO DA CIDADE DE URUGUAIANA: ASPECTOS HISTÓRICOS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS.

*Assim, uma nova fronteira foi se delineando, com suas especificidades, de forma que não se conseguia definir a língua utilizada, a origem exata da sua população, já que havia índios, europeus e negros misturados a uma leva de pessoas que ali se estabeleceram.*  
(COLVERO, 2004, p. 206)

De acordo com Colvero (2009) as sesmarias<sup>5</sup>, na região onde hoje é Uruguiana, começam a ser distribuídas em maior escala a partir de 1814. Em 1831, a Regência cria a Guarda Nacional, que objetivava transformar o latifúndio em posto militar para salvaguardar as fronteiras brasileiras. Também distribuiu entre os estancieiros e ricos comerciantes, patentes militares. Aos proprietários das grandes fazendas geralmente destinava-se o posto de coronel e, devido às grandes distâncias da autoridade institucional do Estado, delegavam-lhes a autoridade legal do local, sendo esta a base do coronelismo.

Um dos personagens principais que habitavam a região da fronteira oeste na época da sua colonização, além do português e do espanhol, era o índio (Charruas, Minuanos, Guaranis e etc.). Com o contato entre o homem branco e o índio surge o elemento miscigenado. Esses mestiços eram chamados de “gauches<sup>6</sup>” e assim como os castelhanos andavam em bandos e saqueavam as estâncias. Villela (1970, p. 34) os descreve quando afirma “época em que os bandos armados cruzavam os campos desta zona do Rio Grande, saqueando as estâncias e matando a todos que

<sup>4</sup> Para Fernandes & Sturza (2009, p. 212) “a fronteira tem uma sociologia própria que se constitui pela contiguidade e cotidianidade das relações, mesmo quando mais restritas ao econômico. No caso das comunidades gêmeas Uruguiana – Paso de los Libres, essa sociologia é determinante para o modo como as línguas de fora, uma vez em contato, entram no espaço de circulação da língua nacional, a língua de dentro”.

<sup>5</sup> Terrenos inclusos ou abandonados, entregues pela monarquia portuguesa, desde o século XIII, às pessoas que se comprometiam a colonizá-los. Uma sesmaria media em regra, cerca de 6.500m<sup>2</sup>. No Brasil, adquirem feição peculiar, transformando-se em grandes latifúndios, reflexos de doações generosas da monarquia portuguesa. Ver AZEVEDO, Antonio Carlos do Amaral. *Dicionário de nomes, termos e conceitos históricos*. São Paulo: Nova Fronteira, 1990. P. 358.

<sup>6</sup> Termo de cunho pejorativo denominava o povo anterior à formação das fronteiras no Rio Grande do Sul, formado pelo elemento Índio mais o Espanhol e o Português. (VILLELA, 1970, p. 34-35)

intentassem obstruir o seu propósito. Eram legítimos mestiços de portugueses com índias, homens completamente sem escrúpulo de qualquer natureza”.

Com o passar do tempo esses “guaches” foram mesclando-se aos moradores das fazendas, originando os gaúchos. Estes trabalhavam na lida campeira da estância, eram a guarda armada, que objetivava a manutenção da fronteira a serviço dos estancieiros. Outro importante personagem no desenvolvimento da cidade de Uruguaiana foram os afrodescendentes. Ao contrário do que pensam alguns historiadores, os escravos negros não foram beneficiados por uma escravidão atípica no Rio Grande do Sul. Em Uruguaiana, trabalharam nas atividades voltadas à pecuária e também nas atividades urbanas, sendo considerados mercadorias. Assim, não poderiam dar prejuízos aos seus proprietários. O afrodescendente foi um importante contribuinte no processo pré-capitalista da fronteira-oeste, ajudando no enriquecimento do estancieiro coronel e deixando a sua marca na construção da identidade de Uruguaiana (Colvero, 2009).

Sobre a criação da vila de Uruguaiana, conforme Colvero (2004), os primeiros relatos são dos viajantes franceses Arsène Isabelle e August de Saint-Hilaire, que descreviam em seus diários as mais diversas situações pelas quais passaram na região. Segundo esses viajantes, em 1820, havia um vau ou passo de Santana, acampamento militar português de pequeno porte, cuja meta era impedir a entrada de mercadorias advindas dos países do Prata, bem como uma possível invasão militar espanhola. Nesta época, já circulava muita moeda proveniente de negócios lícitos e ilícitos praticados por comerciantes, viajantes e estancieiros.

A cidade de Uruguaiana nasceu no período da Revolução Farroupilha<sup>7</sup> (1835-1845), sendo idealizada pela República rio-grandense.

Logo depois de criada a primitiva povoação de Santana Velha, - que por certo aproveitou os velhos arranchementos orientais, já encontrados por Saint Hilaire – sediou-se aí um Destacamento volante que pertencia ao segundo Distrito de Alegrete, onde já estava a sede do Governo da República Farroupilha. Aí se exercia o controle fiscal, ...até os primeiros anos da Vila, quando já mudada para o Capão do Tigre, com o nome de Capela Curada do Uruguai. Esta, quando instituída em Vila, se transforma em Uruguaiana, por decreto do Governo Farrapo. (PONT, 1983, p. 115)

---

<sup>7</sup> Esta revolução ocorreu pela insatisfação de parte dos fazendeiros da Província de São Pedro, devido às altas taxas com o sal, prejuízos no negócio do charque, a falta de ressarcimentos com despesas de tropas e o isolamento junto ao Poder Central (COLVERO, 2009).

A cidade de Uruguaiiana diferencia-se da maioria das cidades brasileiras por ter sido traçada e planejada. Esta não foi idealizada pelo império português, mas pela República rio-grandense. De acordo com Holanda (1995, p. 95) “para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram”. Porém, segundo o autor, os conquistadores portugueses não foram cuidadosos ao construir, planejar ou plantar os alicerces das cidades brasileiras, sendo o seu maior interesse feitorizar uma riqueza fácil e quase ao alcance da mão. Já a colonização espanhola, diferentemente da portuguesa, assegurou o predomínio militar, econômico e político da metrópole sobre as terras conquistadas, criando grandes núcleos de povoação estáveis e bem ordenados. “Um zelo minucioso e previdente dirigiu a fundação das cidades espanholas na América” (Holanda, 1995, p. 96). Embora a cidade de Uruguaiiana não tenha sido idealizada pelos espanhóis, mas pela República rio-grandense, percebem-se suas características de planejamento e traçado no processo de urbanização da cidade.

Comparado ao dos castelhanos em suas conquistas, o esforço dos portugueses distingue-se principalmente pela predominância de seu caráter de exploração comercial, repetindo assim o exemplo da colonização na Antiguidade, sobretudo da fenícia e da grega; os castelhanos, ao contrário, querem fazer do país ocupado um prolongamento orgânico do seu. (HOLANDA, 1995, p. 98)

Domingos José de Almeida, fundador da cidade de Uruguaiiana e ministro da república rio-grandense, foi quem escolheu o local do povoamento às margens do rio Uruguai e quem em 1843 constituiu um posto de fiscalização contra o contrabando, ponto estratégico às tropas da república rio-grandense. Trocou-se o lugar da sua localização, por causa das enchentes, do vau ou passo de Santana para o Capão do Tigre, terras de um rico estancieiro conhecido como Couto Rico. Segundo Holanda (1995) quando se planejava uma cidade à beira de um rio, sua localização deveria ficar, de modo que, ao sair o sol, desse primeiro na povoação e só depois nas águas. A construção da cidade começaria sempre pela chamada praça maior.

A praça servia de base para o traçado das ruas: as quatro principais saíam do centro de cada face da praça. De cada ângulo saíam mais duas, havendo o cuidado de que os quatro ângulos olhassem para os quatro ventos. Nos lugares frios, as ruas deveriam ser largas; estreitas nos lugares quentes. No entanto, onde houvesse cavalos, o melhor seria que fossem largas. (HOLANDA, 1995, p. 97).

As palavras de Holanda nos remetem diretamente ao traçado da cidade de Uruguaiiana e ao modelo mais próximo ao espanhol, sendo bem características as suas ruas largas e a sua linda praça central, que é um quadrilátero. Após a sua fundação, foi em 1846, que o povoado separou-se de Alegrete e, a 29 de maio do mesmo ano, passa a categoria de vila. Segundo Colvero (2009, s/p) “Uruguaiiana foi projetada e construída com quadras e ruas largas, e o casario se proliferou chegando, ainda naquela época, a ter mais de cem casas habitadas à custa das atividades pastoril e comercial, que as Estâncias geravam grande parte da sua riqueza”.

Porém, ainda nos primeiros anos da sua fundação, a vila de Uruguaiiana passa por dias tensos que deixam marcas na sua história. Em 05 de agosto de 1865, a vila foi invadida pelas tropas paraguaias comandadas pelo coronel Antonio de La Cruz Estigarríbia, em decorrência da Guerra do Paraguai. A ofensiva paraguaia contou com 7.300 homens, enquanto que Uruguaiiana contava para sua defesa com 380 homens. A cidade foi arrasada pelo exército paraguaio, foram 45 dias de saques, degolas e incêndios (Colvero, 2009).

Com a abolição da escravatura decretada no município em 31.12.1884, quatro anos antes da Lei Áurea (1888), houve uma crescente imigração europeia em todo o Rio Grande do Sul e estes imigrantes, ainda que em menor número, se compararmos com as outras regiões do estado, compraram terras na região de Uruguaiiana. De acordo com Colvero (2004) alguns colonos e comerciantes franceses, alemães, italianos, espanhóis e ingleses adquiriram propriedades na região da fronteira oeste, com o intuito de dedicar-se a criação de gado bovino e ovino. Os ingleses possuíam algumas indústrias e negociavam mais com Montevideú, já os franceses também se dedicaram a importação e exportação, porém negociavam mais com Buenos Aires e o Centro do Brasil.

De acordo com Colvero (2004) a formação da identidade do Uruguaiianense conta com a figura dos índios, espanhóis, portugueses e negros, além de imigrantes,

em especial, italianos, franceses e alemães provenientes da Europa. “Fica claro que a identidade de Uruguaiana mudou com o passar do tempo, tendo-se aí um elemento novo, o gaúcho, que teve sua identidade elevada no contexto nacional a partir da Revolução Farroupilha” (Colvero, 2004, p. 94-95).

No caso da *comarca pampeana*, coloca-se aí a relação do gaúcho brasileiro e do pampa e do *gaucho* argentino e uruguaio *de la pampa*, mas também do índio, do gaúcho e do negro, de gaúchos e de gringos, o que nos faz defrontar com uma extensão considerável do tema, ou seja, com as fronteiras internas e as tensões entre os diferentes de cada lado das linhas divisórias nacionais, considerando a presença e o papel histórico dessas diversas etnias e culturas nos três países. (CHIAPPINI, MARTINS & PASAVENTO, 2004, p. 16).

Segundo Fernandes & Sturza (2009, p. 213) “os imigrantes ocuparam papel de destaque na urbanização e organização sócio-política do município”. Eles contribuíram para o que as autoras chamam de sociologia da fronteira. Atuaram na vila como professores, magistrados, proprietários de casas de comércio e de pequenas fábricas, de agências de importação e exportação. Fundaram suas Sociedades, (como a Espanhola, em 1876) e tinham representações consulares (italianos e franceses).

No caso sul-riograndense, a mobilização constante da população – gaúchos, caboclos, imigrantes, índios, descendentes de diversas etnias, etc. – parece ter sido um elemento fundante da consciência/identidade regional, combinada em um plano gradativo do desenvolvimento de um sentimento de pertencimento nacional. (...) Dessa forma, a construção bipolar da região/nação teve uma centralidade nas guerras de fronteiras e em suas proposituras de ofensividade e defesa, de invadir e defender, de atacar e proteger, de expandir/ocupar e de manter – o limite como ícone da soberania da nação. (GOLIN, 2002, p. 79)

Sturza (2011) compreende que a condição histórico-social na qual o sujeito fronteiriço está exposto e como ela marca a sua identidade influencia nas suas práticas linguísticas. Para historicizar a situação das línguas, evidenciando o sentido que elas apresentam para os falantes fronteiriços, torna-se necessário uma interpretação sobre o modo como as comunidades fronteiriças se organizam em referência ao que é exterior e ao que é local. A fronteira apresenta várias problemáticas, que vão desde processo de ocupação, povoamento e urbanização. “O processo histórico de formação das comunidades fronteiriças e a condição de

periféricas aos centros do poder viabilizaram os contatos de sujeitos e línguas diferentes” (Sturza, 2011, p. 94).

## 2.2 URUGUAIANA: PONTO ESTRATÉGICO DE COMÉRCIO COM A BACIA DO PRATA

Conforme Benedetti (2011, p. 44) “o comércio, lícito e ilícito, é um dos principais propósitos que incentiva as mobilidades vinculadas com a fronteira”. Os intercâmbios tendem a concentrarem-se nos lugares de fronteira, em uma geografia em rede, que compreende um conjunto de articulações entre lugares, que envolvem mobilidades, fronteiras e comércio. Para este autor, nesta geografia em rede participam diferentes sujeitos sociais, em relações sociais de poder, movendo-se pelos circuitos superiores e inferiores da economia, entre a legalidade e a ilegalidade. “Nesta rede, as fronteiras são, para quem se desloca, obstáculo, possibilidade ou recurso e os lugares da fronteira são destino, etapa intermediária ou zona de passo” (Benedetti, 2011).

A fronteira oeste do Rio Grande do Sul foi e continua sendo um local estratégico para o estabelecimento de um intenso comércio entre Brasil e os países da Bacia do Prata, principalmente Argentina e Uruguai. O comércio propicia o deslocamento de mercadorias, sujeitos e línguas. Foi esse intenso “ir” e “vir” que despertou-nos o interesse em estudar a presença do espanhol no comércio da fronteira oeste. Assim como os sujeitos e as mercadorias, os falares de fronteira aprenderam a andar sobre as águas do rio Uruguai.

Desde o ano de 1640, o comércio ilícito, denominado contrabando, esteve em ascensão na região do Prata. Este foi um dos motivos que levaram os portugueses e os espanhóis a inúmeros enfrentamentos. A colônia do Santíssimo Sacramento era ponto estratégico onde os portugueses mantinham um intenso comércio de manufaturas, principalmente inglesas. Os espanhóis ficaram desgostosos e em 1680 atacaram o reduto português (Colvero, 2004).

O Prata foi, durante todo o período colonial no continente americano, o mais importante ponto de contato entre as colônias espanholas e portuguesas. De fato, os conflitos e os intercâmbios – lícitos e ilícitos – entre essas duas colonizações não foram tão significativos no restante da imensa fronteira entre o Brasil e os *virreynatos* da América do Sul espanhola, como na bacia

do rio da Prata, onde se mostraram inúmeros e constantes. (CAMARGO, 2001, p. 12)

Esse intenso e lucrativo comércio possibilitou um crescimento vertiginoso das vilas localizadas na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, na qual se destacou a cidade de Uruguaiana. Colvero (2004, p. 61) afirma que das “quatro cidades que estão situadas junto à linha de fronteira: Uruguaiana, Itaqui, São Borja e Foz do Iguaçu, com maiores recursos à primeira, um dos nossos mais importantes centros de população da fronteira”. Este mesmo autor destaca como pontos importantes para o seu crescimento econômico a facilidade de comunicação com as cidades costeiras ao rio Uruguai e as da região da bacia do Prata.

A chegada dos elementos culturais vindos da Europa e do centro do Brasil também foi significativa para que o comércio nacional e internacional começasse a fluir e a vila fosse identificada como um grande porto de escoamento de produtos para fora e para dentro do país. Assim, duas formações sócio-econômicas foram entrando em conflito pela hegemonia da sociedade: os donos da terra (latifundiários) e os comerciantes. Os donos da terra representam a tradição da comunidade, já os comerciantes a possibilidade de progresso e de superação da atitude tradicional (Colvero, 2004).

Em 1858, o viajante francês Avè-Lallemant relata em seu diário de viagem a impressão que teve sobre a vila de Uruguaiana.

É uma vila de pelo menos 2.000 habitantes, onde se manifesta, em todos os recantos, a mais viva atividade comercial. Só franceses existem mais de cem no lugar, entre eles gente de muito boa educação e irrepreensível conduta. Em Uruguaiana quase não se reconhece uma cidade brasileira, mas uma hispano-francesa, que parece apoiar-se em suas relações de vida e de comércio, mais em Buenos Aires e Montevideú, do que em Porto Alegre e Rio Grande. (AVÈ-LALLEMANT, 1953)

A prosperidade de Uruguaiana foi motivo de preocupação para os políticos nacionais, principalmente no período de 1839 a 1870, pois para eles o comércio internacional trazia implicações para a soberania nacional e para as tarifas alfandegárias. A pecuária e os produtos dela derivados, como o couro e o charque, eram a força produtiva da cidade. Com o decorrer da segunda metade do século XIX, começou-se a comercializar outros produtos: a erva-mate, a madeira, o sal, etc.

Muitas das transações de compra e venda de gado foram feitas por contrabandistas, que se multiplicaram na região por não serem coibidos. Consequentemente, a partir de 1849, Uruguaiana passou a ser a sede da alfândega e também houve um aumento do número de fiscais cobrando impostos (Colvero, 2004).

Os tropeiros de mulas foram essenciais para o desenvolvimento da fronteira. Estes levavam o gado de uma praça para outra e também transportavam produtos que eram revendidos em diferentes vilas da província e do Império. Na década de 1860, em decorrência da invasão paraguaia, houve novamente um aumento do contrabando. Os produtos eram embarcados em Concórdia e levados até Restauración, atualmente Paso de los Libres, logo aguardavam a melhor oportunidade de serem atravessados pelo rio Uruguai, sem o devido conhecimento da alfândega da vila de Uruguaiana. Por isso, muitas mercadorias eram introduzidas à noite ou quando o clima dificultava a fiscalização. Essa prática influenciava de maneira positiva e negativa a população local, embora proporcionasse um lucro maior para o comerciante, devido aos preços baixos das mercadorias, também acabava acarretando prejuízos para a arrecadação de impostos (Colvero, 2004).

A história do contrabando esteve intimamente ligada às fronteiras dos três países: Brasil, Uruguai e Argentina. Nesse triângulo tiveram grande participação as povoações de Salto (Uruguai), Restauración (Confederação Argentina) e Uruguaiana (Brasil), além de outras intermediárias, entre elas Concórdia (Argentina). (COLVERO, 2004, p. 190)

Outro ponto fundamental do comércio na fronteira é a balança cambial, que acaba proporcionando privilégios para uma população em detrimento de outra. Antes da existência da ponte internacional que liga a cidade de Uruguaiana (Brasil) a Paso de los Libres (Argentina) o transporte das mercadorias ocorria através de balsas ou embarcações, o que muitas vezes não era uma tarefa fácil. Isso se deve ao período de secas do rio Uruguai, que baixava o seu nível de tal modo que as embarcações utilizadas na época eram obrigadas a atracar a enormes distâncias dos embarcadouros. Assim, tornava-se difícil o transporte de mercadorias e pessoas, o que gerava espera e prejuízo. Nesta época, conforme Colvero (2009, s/p) “em Uruguaiana, os comerciantes, que há tempos rivalizavam com os estancieiros no controle econômico e social, comemoram a instalação da estrada de

ferro, que se soma a navegação do rio Uruguai, e a aproxima mais de outros centros urbanos do Prata”.

Fernandes & Sturza (2009) analisaram anúncios publicados em jornais como *A Nação*, *A Fronteira*, *A Notícia* e *Correio de Notícias* – disponíveis no Arquivo Histórico Municipal de Uruguaiana, que circulavam na cidade no início do século XX. Nos textos dos jornais havia anúncios de casas de comércio, armazéns de importação e exportação, da companhia fluvial de navegação e da ferroviária que apresentam um quadro econômico, sociológico e cultural do que chamaram de *habitat fronterizo*. A vida estava diretamente voltada para os países vizinhos, à medida que se estreitavam as relações comerciais havia um maior processo de integração, determinado pelos agentes econômicos e sociais locais (Sturza, 2011).

Em 1901, contava com uma linha de vapores com escalas regulares nas povoações argentinas de Concepción, Monte Caseros, Libres, La Cruz, San Martín, Alvear e Santo Tomé e as cidades brasileiras de São Borja, Itaqui e Uruguaiana. Havia uma linha de navegação pelo Ibicuí, da firma Bárbara e filhos, até Cacequi, onde se estabelecia a ligação com a capital do Estado. Além disso, numerosas lanchas navegavam permanentemente entre Uruguaiana e Paso de los Libres. A principal atividade econômica de Uruguaiana era a pecuária, mas algumas indústrias ali se desenvolveram....nasceram na cidade. As fábricas e oficinas atingiram, naquela época, o número de cento e trinta e oito [...]. A chegada da máquina com toda a equipe é uma festa [...] Uruguaiana conhecida como capital da lã [...] Alguns fazendeiros do município, em 1901, adquiriram em Montevideú, animais de raça. Setenta reprodutores das raças Hereford, Duran e outras foram importadas. (SILVA, 2001, p. p. 20-21;23-24)

Em 1920, o intercambio comercial era tão intenso entre Uruguaiana e as cidades platinas, que a cidade sofreu, durante seis meses, com a peste bubônica que vitimou 102 pessoas. “A doença veio da cidade argentina de Concórdia, exportadora da farinha que abastecia Uruguaiana, onde além da farinha aportavam suas embarcações inçadas de ratos” (Silva, 2001, p. 35). Esses problemas levaram os moradores das duas margens do rio a solicitar aos seus governantes a construção de uma ponte que interligasse os dois países (Brasil – Argentina). Estes acabaram sensibilizando as autoridades e iniciaram-se os planejamentos para a construção da ponte internacional, que nos anos 40, era a maior da América Latina.

Os governos do Brasil e da Argentina assinaram em 1934 e 1935 dois tratados, um no Rio de Janeiro e outro em Buenos Aires, para tornar possível a realização da obra. Após muitos estudos sobre a geografia do local, cada país

acabou ficando responsável pela construção de uma metade da ponte. Estabeleceu-se que os ferros ficariam a cargo do Brasil e o cimento da Argentina. Este fato levou a dois orçamentos e a duas concorrências públicas diferentes. Em 21 de maio de 1947, a ponte internacional Agustín Justo – Getúlio Vargas, foi inaugurada pelos presidentes Juan Domingos Perón (Argentina) e Eurico Gaspar Dutra (Brasil). A ponte é rodo-ferroviária, com duas faixas para pedestres e mede 1419 metros. A ponte fez da cidade de Uruguaiana o maior porto seco do país, com um tráfego médio de 10 mil caminhões por mês<sup>8</sup>.

Muitos uruguaianenses passam diariamente pela ponte internacional para comprar produtos no lado argentino, para o seu próprio consumo ou para posteriormente revendê-los em Uruguaiana. O mesmo fato acontece com os argentinos, que compram produtos em Uruguaiana. Além de comprarem no comércio formal, há argentinos que preferem comprar na “baixada”, local de comércio informal e próximo à aduana. O comércio informal instituiu-se e solidificou-se amplamente na cidade. A “baixada” consolidou-se como uma das alternativas encontradas frente ao desemprego na cidade, sendo este muito corrente nas fronteiras sul-riograndenses, dado ao fato das economias dessas regiões constituírem-se, basicamente, da prática agropastoril.

Alejandro Grimson no seu estudo intitulado *Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) – Libres (Argentina)*, publicado no ano de 2005, escolheu essas duas cidades para a sua investigação por serem um dos espaços urbanos maiores da fronteira argentino-brasileira (Uruguaiana possui uns 150.000 habitantes e Paso de los Libres ao redor de 40.000) e por dois terços do transporte e comércio terrestre do Mercosul passar por ali. Na sua pesquisa, Grimson concentrou-se em dois tipos de comerciantes existentes na fronteira: os comerciantes formais e os passadores que trabalham no que denomina de “contrabando hormiga”.

Benedetti (2011, p. 48) classifica o comércio fronteiriço em diferentes modelos: **1. Consumos fronteiriços cotidianos:** movimentos cotidianos, individuais

---

<sup>8</sup> Os dados sobre a ponte internacional Agustín Justo – Getúlio Vargas estão disponíveis em: [http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/pt\\_divisa/br\\_arg\\_uruguaiana/GPTARGBR.HTM](http://www.transportes.gov.br/bit/pontes/pt_divisa/br_arg_uruguaiana/GPTARGBR.HTM) Acesso em: 11/04/2009 e <http://www.uruguaiana.rs.gov.br/turismo.html> Acesso em: 11/04/2009

ou familiares, facilitados por um regime de tráfico que permite o intercâmbio de mercadorias destinadas ao consumo doméstico, livre de formalidades e do pagamento de impostos aduaneiros; **2. O comércio multinacional:** comércio de importação e exportação realizado por empresas de caminhões que usam a legislação sobre comércio exterior e cruzam a fronteira pelas pontes internacionais, depois de realizados os respectivos controles aduaneiros; **3. O passeio de compras transfronteiriço:** as viagens são realizadas em veículos próprios ou em ônibus de linha, permanecendo umas quantas horas durante um dia ou, excepcionalmente, mais de um dia; **4. O comércio formiga:** Para este comércio é fundamental a presença de um sujeito social que também existe nas outras fronteiras latinoamericanas, com diferentes denominações: “el pasero”. São pessoas que se ocupam de passar mercadorias. Os passantes, algumas vezes, fazem um trabalho por conta de terceiros em troca de baixas remunerações. Essas quatro modalidades de comércio são utilizadas entre a cidade de Uruguaiiana e a de Paso de los Libres.

Segundo Grimson (2005) os comerciantes produzem imagens sobre os vizinhos identificando o seu trabalho com a Nação. Comprar do outro lado é, para eles, tirar o dinheiro do país, enquanto que comprar deles é fazer algo pelo país. É nesse contexto que entram os “pasadores” ou os “chiveros”, pessoas que trabalham passando mercadorias ao outro lado, evitando os controles aduaneiros. Há tanto “chiveros” argentinos como “chibeiros” brasileiros. Pode-se identificar essa nomeação na fala de uma uruguaiianaense.

Eu vejo que todos os acontecimentos, desde o câmbio, até o comércio, e até a própria travessia da ponte, influenciam na vivência, tanto em Uruguaiiana como em Passo de Los Libres. Porque, é como mesmo ele tava falando, há quinze, vinte anos atrás, talvez mais, eu lembro que minha avó fazia, denominava, naquela época chibeira<sup>9</sup>. Porque era o termo que se usava quando a pessoa cruzava a ponte e ia trazer as compras de lá<sup>10</sup>.

Segundo Grimson (2005) a estratégia desses passadores consiste em passar poucas mercadorias em cada viagem, distribuindo eventualmente a mercadoria com outro passador, fazendo com que pareça que são bens de uso pessoal. Essas

<sup>9</sup> Contrabandista de pequeno porte, de coisa miúda, embora eventualmente possa trazer algo maior, como um cavalo (a nado, puxado por uma chalana). GONÇALVES, Lourival Araújo, Dicionário de Uruguaiianês. Disponível em: <http://www.unimed-uruguaiiana.com.br/dicionario2C.html> Acesso em: 21/04/2009.

<sup>10</sup> Depoimento de um falante fronteiriço da cidade de Uruguaiiana reproduzido por Müller, Karla M. & Raddatz Vera L.S (2007, p. 08).

peças são pouco reconhecidas nas decisões políticas, pois se estabelece uma disputa entre eles e os comerciantes formais. Nos últimos anos, nos dois países, fizeram-se reclamações aos respectivos governos, pois há um aumento de medidas governamentais que desejam acabar com o contrabando executado por eles em ambos os países. Logo, estabeleceu-se um conflito diário entre os aduaneiros e os passadores. Os aduaneiros têm a missão de tirar-lhes as mercadorias: “ahora me iba a sacar todo esto, pero yo me prendí al aduanero y le dije que vivía de esto” (passadora argentina, final de janeiro de 1999).

No final de janeiro de 1999, os comerciantes ilegais temiam o que podia acontecer. Chegaram a pensar que o seu trabalho chegaria ao fim. Segundo eles, não há trabalho, não há empresas, não há nada. Consequentemente, estes não vêm outra opção a não ser seguirem trabalhando na mesma tarefa. Há aspectos positivos no trabalho dos passadores, por exemplo, eles são o ponto chave de uma rede social extensa: as mercadorias que chegam do Paraguai, São Paulo ou Porto Alegre a Uruguaiana são cruzadas por eles em função da demanda de vendedores ambulantes (que eles chamam de “turistas”) que viajam de Corrientes, Córdoba, Rosário e outras cidades argentinas (Grimson, 2005).

Se os passadores prejudicam a indústria e o comércio nacional que lhes garantam outras fontes de trabalho, reivindicam os mesmos.

Para ellos, cortar el puente es una posibilidad en la medida en que entienden que es el gobierno el que lo corta con su política. Y frente al argumento de que con su trabajo perjudican a la industria y el comercio nacional, ellos advierten que hasta estarían de acuerdo con las nuevas restricciones si les dan fuentes de trabajo. Para ellos, el lado argentino se divide entre “grandes” y “chicos”, entre “ricos” y “pobres”. Refiriéndose a los pollos y huevos dicen que “gente grande de Libres lo lleva” mientras “nosotros, los chicos, no lo podemos llevar”. Por eso, “el único que va a sobrevivir es el grande porque el chico no. Éstos quieren ricos ricos y pobres pobres”. (GRIMSON, 2005, p. 39)

As políticas fronteiriças são exclusivas dos estados nacionais. O Mercosul assume um lugar ambíguo e instrumental: pode ser assumido como falsa promessa ou como argumento eventual para reforçar suas reclamações. Passamos de um modelo bélico, das guerras entre luso-brasileiros e espanhóis-rioplatenses, a um modelo economicista que quer dinamizar o comércio internacional das grandes

empresas transnacionais e que favorece as grandes empresas dos países da região (Grimson, 2005).

A prática diária de comprar no país vizinho tornou-se de legal a ilegal. Com o Mercosul os Estados não se retiram das fronteiras, porém renovaram a sua forma de atuar. A passagem não é tão naturalizada na sociedade brasileira fronteiriça como parece. Quando se exige documentos e papéis que forçam a diminuição da circulação de um lado ao outro da fronteira percebe-se essa “barreira”. A burocracia trava um maior desenvolvimento das práticas comerciais entre os países, impondo exigências como a obrigatoriedade da carta verde para carros brasileiros circularem do lado argentino (Sturza, 2011).

As mudanças ocorridas ao longo do século XX,..., decorrerem de uma maior ênfase na função fiscalizadora do estado e de fazer valer a existência da fronteira geopolítica, mesmo quando de modo simbólico. Essa função e o tipo de ação exercida contribuíram para a constituição de um imaginário sobre a fronteira relacionado ao seu papel de defesa e preservação da soberania do estado nacional. Neste imaginário se ajusta a ideia que se fala uma única língua no país, a que representa também o sentido da unidade nacional. (STURZA, 2011, p. 102)

Nesse contexto, percebe-se o poder arrasador do capitalismo global em relação às formas de comércio tradicionais. Para os passadores a fronteira é a sua condição e o seu risco. Sem a fronteira eles não existem. Porém, com o excessivo endurecimento da fronteira exige-se uma sofisticação do contrabando que também poderia terminar com eles (Grimson, 2005). Neste capítulo vimos o quanto o espaço da fronteira constitui-se como um espaço de incessantes disputas e o quanto o comércio propicia esse "ir" e "vir" de pessoas e mercadorias. Se há disputa e deslocamentos de sujeitos também há disputas e deslocamentos de línguas no espaço da fronteira. É sobre a questão da circulação das línguas no espaço da fronteira que trata o próximo capítulo, assim como sobre as principais concepções teóricas sobre a Linguística da Enunciação e da Semântica do Acontecimento, perspectiva teórica na qual se filia este trabalho.

### 3 LÍNGUA NA E DA FRONTEIRA E O ESPAÇO DE ENUNCIÇÃO FRONTEIRIÇO

Para que se comece a falar sobre sujeitos e línguas, nada mais pertinente que se comece por Benveniste, pois para este teórico sujeito e língua são indissociáveis. Para ele "é um homem que encontramos falando no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem" (Benveniste, 1988, p. 285). Quando esse homem (sujeito) enuncia ele põe a língua para funcionar. Para Benveniste (1988, p. 82) a enunciação é "este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização". A natureza da ação é apropriar-se da língua e não um ato de um locutor relativamente a um interlocutor. Basta apropriar-se da língua para constituir-se como sujeito. A intersubjetividade é prevista no sistema da língua, não sendo uma construção da enunciação. Na concepção de Benveniste, quando o indivíduo coloca a língua em funcionamento, conseqüentemente constitui-se como sujeito, intersubjetivamente (Guimarães, 1989).

Segundo Flores & Teixeira (2005, p. 11) "as teorias da enunciação estudam as marcas do sujeito no enunciado e não o próprio sujeito", interessando-lhes propriamente o sentido. É com a enunciação que se busca evidenciar as relações da língua como assumida por um sujeito e não meramente como um sistema combinatório. A partir da enunciação funda-se um pensamento diferenciado em relação a linguagem. Benveniste, o pai da enunciação, distingue claramente o que é da ordem da linguagem e o que é da ordem da língua. "A intersubjetividade está para a linguagem assim como a subjetividade está para a língua. A linguagem é a condição de existência para o homem e como tal ela é sempre referida ao outro, ou seja, na linguagem se vê a intersubjetividade como condição da subjetividade" (Flores & Teixeira, 2005, p. 34).

O sistema da língua proposto por Saussure, também incorporado por Benveniste, exclui a relação com algo que não esteja na própria estrutura. O conceito de enunciação não se reduz nem a língua nem a fala, constituindo ambas. É através da enunciação que a língua torna-se fala, logo "enunciar é transformar individualmente a língua - mera virtualidade – em discurso. A semantização da língua se dá nessa passagem" (Flores & Teixeira, 2005, p. 35).

Os fenômenos estudados nas teorias da enunciação pertencem a língua, mas não se encerram nela; pertencem a fala na medida em que só nela e por ela têm existência, e questionam a existência de ambas já que emanam das duas. (FLORES & TEIXEIRA, 2005, p. 105)

Quando a enunciação ocorre esta é sempre única e irrepetível, porque cada vez que se enuncia há condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. Logo, cada análise linguística torna-se também única. O aparelho formal da enunciação é universal, não se concebe uma língua sem ele, porém o seu uso é sempre singular. Uma marca que diferencia os estudos da enunciação dos demais estudos linguísticos é que em todas as versões, a enunciação apresenta-se como uma reflexão sobre o dizer e não propriamente sobre o dito. "Estudar a enunciação é dirigir o olhar para o fato de o locutor ter dito o que disse e não para o dito em si" (Flores & Teixeira, 2005, p. 110).

### 3.1 PERCORRENDO A SEMÂNTICA DO ACONTECIMENTO

A Semântica do Acontecimento, teoria proposta por Guimarães e perspectiva na qual se filia este trabalho, procurou um conceito de enunciação que a caracterize socialmente. Assim, abriu-se de imediato um diálogo com a análise e teoria do discurso, sob a perspectiva de autores como Foucault, Pêcheux, Henry, Authier e Orlandi. Além da Análise de Discurso, essa perspectiva teórica também se construiu a partir de pressupostos como os de Bréal, Bally, Benveniste e Ducrot. A partir desses vários diálogos, o enunciado começou a ser entendido como uma unidade discursiva.

O enunciado se caracteriza como elemento de uma prática social e que inclui, na sua definição, uma definição com o sujeito, mais especificamente com posições do sujeito, e seu sentido se configura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala. Ao mesmo tempo, algo só é enunciado se relacionado a um conjunto de entidades de mesma natureza, outros enunciados. Ou seja, não seria possível imaginar a existência de um enunciado único. Faz parte das condições de existência de um enunciado que existam outros. Assim seu caráter é necessariamente relacional. (GUIMARÃES, 1989, p. 73-74)

A linguagem só existe com outros elementos e nas suas relações com o sujeito, essas características dão o caráter histórico da linguagem. A língua é entendida como "um conjunto" de relações, não nos interessando a noção de

sistema, proposta por Saussure. Guimarães (1989, p. 76) entende a língua como “uma dispersão de regularidades linguísticas constituídas sócio-historicamente”. Para este autor, a enunciação é o acontecimento sócio-histórico da produção do enunciado e não um ato individual do “sujeito” como propôs Benveniste.

Para Benveniste a constituição do sujeito é linguística. O EGO é quem diz “eu” e quando diz “eu” apropria-se da língua, enuncia. Esta centralidade do sujeito da enunciação, segundo Guimarães, outros linguistas e a Análise de Discurso faz parte dos problemas do tratamento enunciativo de Benveniste. “Não se trata de um sujeito psicológico, não se trata de um sujeito pragmático, por exemplo, mas trata-se de um sujeito que tem a capacidade de apropriar-se da língua e semantizar, e fazer significar” (Guimarães, 2005, p. 47). A concepção de sujeito na Semântica do Acontecimento é que este seja tomado como um lugar constituído pelo dizer e não, como uma pessoa dona de seu dizer (Mota, 2010).

Diferentemente de Benveniste, Guimarães entende a enunciação como o acontecimento histórico do funcionamento da língua, ou seja, põe-se a língua em funcionamento pelo interdiscurso. O acontecimento de linguagem constitui-se como objeto, trazendo para o estudo da linguagem o exterior a língua, o interdiscurso. “Este, ao fazer funcionar a língua, constitui o sujeito e o sentido” (Guimarães, 1998, p. 114).

De acordo com Orlandi (2013, p. 32-33) “o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Assim, em todo o dizer devem-se considerar a memória (constituição) e a atualidade (formulação). É desse jogo que saem os sentidos”. É o interdiscurso que faz a língua funcionar, quando se fala automaticamente se está nesta memória. Quanto ao sentido, este também deve ser considerado a partir do funcionamento da linguagem no acontecimento da enunciação.

A significação, para nós, deve ser vista a partir do que se definiu como exterior em Saussure. (...) a reintrodução da exterioridade saussureana se dá como questão linguística em abordagens como as de Benveniste e Ducrot, por exemplo, na linha prenunciada por Bréal ao tratar o elemento subjetivo. Mas estas posições mantêm a exclusão da história. Para nós interessa, exatamente, a inclusão da história. (GUIMARÃES, 2005, p. 66)

Tratar a questão do sentido como uma questão enunciativa em que a enunciação seja vista historicamente é o que objetiva a Semântica do Acontecimento. A significação é histórica, porém o histórico que se fala não é o temporal, historiográfico, "mas no sentido de que a significação é determinada pelas condições sociais de sua existência. Sua materialidade é esta historicidade" (Guimarães, 2005). O sentido é discursivo e definido a partir do acontecimento enunciativo. Este acontecimento enunciativo cruza enunciados de discursos diferentes em um texto. A enunciação ocorre como lugar das posições de sujeito juntamente com a interdiscursividade. Assim, o que significa, os efeitos de sentido, são os efeitos do interdiscurso no acontecimento. Não se considera o sujeito como um locutor, indivíduo responsável por colocar a língua em funcionamento, como em Benveniste. O que coloca a língua em funcionamento é o acontecimento de linguagem que está perpassado pelo interdiscurso. A língua só funciona ao ser afetada pelo interdiscurso. Quando o indivíduo é interpelado como sujeito e se vê como identidade é que a língua funciona (Guimarães, 2005).

Assim, a Semântica do Acontecimento assume uma posição materialista, não tomando a linguagem como transparente, a sua relação com o real é histórica. Esta teoria trata a questão da significação como linguística, histórica e relativa ao sujeito que enuncia. Como a obra de Guimarães no está acabada, sofrendo contínuas mudanças, houve modificações na sua própria nomeação. Primeiramente, nomeava-se como Semântica Histórica da Enunciação, atualmente esta teoria é mais conhecida como Semântica do Acontecimento, pois segundo o próprio autor o que se diz é incontornavelmente construído na linguagem. Esta semântica "considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer" (Guimarães, 2005, p. 07).

Em uma de suas obras de maior relevância que se intitula *Semântica do Acontecimento* (2005), Guimarães propõe-se a estudar a designação, constitutiva do sentido dos nomes. Nesta obra, o autor conceitua a designação, a nomeação e a referência (denotação) como distintas uma da outra.

*A nomeação* é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (...). *A designação* é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma

relação tomada na história. É neste sentido que não vou tomar o nome como uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos. Vou considerar, tal como considera Rancière (1992), que os nomes identificam objetos. Hipótese que me interessa fortemente tanto para os nomes comuns, como para os nomes próprios, como se verá. A *referência* será vista como a particularização de algo na e pela enunciação. (Guimarães, 2005, p. 09).

É possível referir porque as coisas são significadas e não simplesmente existentes. Por exemplo, pode-se referir à palavra *pedra* porque a linguagem significa o mundo, identificando os seres para significá-los. Por isso é possível à referência particular de um ser entre outros seres identificados. Como fora mencionado anteriormente, a enunciação é entendida como o funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade de sujeito. O sujeito constitui-se pelo funcionamento da língua pela qual enuncia algo e é um elemento imprescindível na constituição do acontecimento. Outro elemento importante do acontecimento é a sua temporalidade. Não é o sujeito que temporaliza, mas é o acontecimento que instala a sua própria temporalidade. O presente e o futuro do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

A temporalidade do acontecimento não coincide, portanto, com o tempo do *ego* que diz *eu*, que chamo aqui locutor. Há uma disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo Locutor. "O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo interdiscurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar" (Guimarães, 2005, p. 14). Um quarto elemento importante para o acontecimento, além da língua, do sujeito e da temporalidade, é o real a que o dizer se expõe ao falar dele. Este real não é o contexto, a situação, trata-se de uma materialidade histórica do real. Não se enuncia

como um ser físico, em um mundo físico, mas enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico.

O acontecimento de linguagem por se dar nos espaços de enunciação é um acontecimento político. O político caracteriza-se "pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos" (Guimarães, 2005, p. 16). Há um conflito pelo qual os desiguais afirmam seu pertencimento. As relações entre falantes e línguas ocorrem nos espaços de enunciação. Os falantes tornam-se sujeitos da língua enquanto constituídos por estes espaços.

Os espaços de enunciação são espaços de funcionamento de línguas, que se dividem, redividem, se misturam, desfazem, transformam por uma disputa incessante. São espaços "habitados" por falantes, ou seja, por sujeitos divididos por seus direitos ao dizer e aos modos de dizer. São espaços constituídos pela equivocidade própria do acontecimento: da deontologia que organiza e distribui papéis, e do conflito, indissociado desta deontologia, que redivide o sensível, os papéis sociais. O espaço de enunciação é um espaço político. (Guimarães, 2005, p. 18-19)

O acesso à palavra se dá em cenas enunciativas, que organizam os lugares de onde se pode assumi-la. O assumir a palavra é por-se no lugar que enuncia, no lugar do Locutor que Guimarães denominou de L. O Locutor é o lugar que se representa no próprio dizer como fonte deste dizer. Para estar-se no lugar de L é necessário estar afetado pelos lugares sociais autorizados a falar, ou seja, ele não é ele próprio, mas um lugar social de locutor. "É preciso distinguir o Locutor do lugar social do locutor, e é só enquanto ele se dá como lugar social (locutor-x) que ele se dá como Locutor. Ou seja, o Locutor é díspar a si. Sem esta disparidade não há enunciação" (Guimarães, 2005, p. 24). O enunciador é o *lugar de dizer* de enunciações para as quais a posição do sujeito no interdiscurso. Há diferenças entre o *lugar do dizer* e o *lugar social do dizer* (posição de sujeito). Um exemplo disso é o caso do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso. Quando este governava o Brasil, poderia falar do lugar de locutor-presidente como do de locutor-sociólogo. Nada o impedia que da posição do sujeito científico o *lugar do dizer* seja o enunciador-universal e o *lugar social* fosse o de locutor-presidente (Guimarães, 2005).

De acordo com Flores & Teixeira (2005) estas divisões do sujeito já haviam sido discutidas anteriormente por Oswald Ducrot, em sua teoria polifônica, pressupostos esses que influenciaram Guimarães. Segundo estes autores, Ducrot diferencia a frase do enunciado. Para ele, a frase é um objeto teórico e do domínio do gramático, enquanto que o enunciado é a ocorrência histórica da frase é está para domínio do linguísta. Tanto a frase como o enunciado tem o seu valor semântico específico, a significação está para a frase enquanto que o sentido está para o enunciado.

Flores & Teixeira (2005) exemplificam a diferença do enunciador para os locutores comparando-os a uma obra de ficção. Segundo eles, os enunciadores representam para os locutores o que representa o personagem para o autor. "O enunciador é uma perspectiva expressa por meio da enunciação, ele não "fala", mas tem o seu ponto de vista colocado sem, entretanto, ter atribuída precisão às palavras. O enunciador existe em função da imagem que o locutor oferece dessas vozes" (Flores & Teixeira, 2005, p. 66). Portanto, somente torna-se possível identificar os enunciadores por intermédio dos locutores, que podem ou não concordarem entre si.

### 3.2 A CIRCULAÇÃO DAS LÍNGUAS NO ESPAÇO DE ENUNCIAÇÃO FRONTEIRIÇO

De acordo com Sturza (2010) a perspectiva enunciativa considera o contato das línguas pelo modo de circulação na sociedade fronteiriça e pelo sentido que as línguas apresentam para os sujeitos fronteiriços como lugar de significação de sua identidade. "O habitar e o viver entre línguas dos sujeitos fronteiriços são enunciados na língua da fronteira e significam um processo identitário particular" (Sturza, 2010, p. 83). Assim, a noção de fronteira linguística é a da materialidade da língua, na qual as formas são indicadores da presença de uma língua na outra, quando o espanhol entra no português ou vice-versa.

O que nos interessa é o efeito de sentido produzido pela entrada de uma dessas formas na língua falada pelo sujeito fronteiriço.

Ao serem tomadas de empréstimo e, até mesmo, sendo incorporadas à língua da fronteira, tais formas linguísticas deslocam seu funcionamento e

seu significado da língua fonte, passando o falante a atribuir novos sentidos a essas palavras que *agarram* para si, tornando-as, assim, constitutivas das práticas linguísticas de que dispõe para comunicar-se (STURZA, 2010, p. 85).

Logo, a análise ocorre na sequência enunciativa, pois é nela que se encontram quais são os sentidos políticos que marcam a identidade e o que desejam significar os sujeitos fronteiriços ao enunciarem. As línguas ao serem enunciadas, explicitam a identidade dos seus sujeitos falantes e significam que estão condicionadas ao que foi constituindo-se historicamente na fronteira social. Há inegavelmente relações que se estabelecem entre os sujeitos e o seu espaço social (Sturza, 2010).

uma história das línguas praticadas nas zonas de fronteira do Brasil deve ser considerada a partir de duas condições fundamentais: a primeira, que as nossas fronteiras geopolíticas também se definem pela existência de um velho par de línguas, com um contato histórico e genealógico muito estreito, que é o do português-espanhol; a segunda, que a história de contato dessas línguas, na América, é compartilhada pela história de outras línguas com quais convivem e/ou entram em conflito. Ambas as condições são reforçadas pelo modo como nossas fronteiras políticas foram sendo constituídas ao longo da história. (STURZA, 2005, p. 47)

Segundo Guimarães (2003, p. 48) "as línguas de fronteira são o resultado muito particular da relação política geo-linguística de Estados diferentes". Já Sturza (2010) define-as como línguas que se enunciam nesse espaço de circular e nesse espaço de habitar, a que denominou de Espaço de Enunciação Fronteiriço. É neste espaço, definido por Sturza (2006) como espaço político, onde entram em contato/conflito as línguas nacionais de Estados diferentes (o português e o espanhol) juntamente com as línguas de fronteira.

O sujeito enunciador de práticas linguísticas fronteiriças funciona como figura política que se move entre o eu e o outro. Ou seja, um falante de uma língua nacional frente a outro falante de outra língua nacional é afetado pelo imaginário da fronteira como limite entre dois mundos, onde começam, e também terminam, os domínios de outra prática linguística, nem sempre de outra língua nacional. (STURZA, 2006, p. 60)

É importante ressaltar que as fronteiras do extremo sul do Brasil com a Argentina e o Uruguai têm histórias locais distintas, embora tenham muitos códigos sociais comuns. Nas zonas de maior concentração urbana há um maior contato

entre os grupos sociais, nesses espaços elas têm maior domínio de circulação. Quanto maior a circulação de falantes maior é o contato enunciativo, que é o que marca o irrepetível do Espaço de Enunciação Fronteiriço. Os falantes se movem em vários lugares, em diferentes cenas, inclusive na escola, espaço de exigência da língua nacional (Sturza, 2010).

O comércio fronteiriço é sem dúvida um local de grande circulação de falantes e são nesses espaços que "os sujeitos fronteiriços explicitam que sentidos essas línguas têm para eles quando elas funcionam nesses ambientes de circulação" (Sturza, 2010, p. 89). Um exemplo disso foi um trabalho de levantamento<sup>11</sup> realizado com vendedores ambulantes, no ano de 2009, em Uruguaiana. Quando os vendedores foram questionados sobre o que as línguas praticadas no comércio representavam para eles a maior ocorrência identificada foi a do termo *mistura*.

Nos vários depoimentos sobre a língua que se fala no comércio local, a *mistura* apresenta-se significada pela sua função imediata de facilitar a comunicação, ao mesmo tempo significando uma *língua de*. Essa *língua de* é compreendida como própria do lugar, ou seja, da fronteira marcando uma nova territorialidade, o terceiro território, nem lá nem cá cabe a mistura. O entrelínguas que remete ao processo identitário de sujeitos que estão entre espaços e línguas. E, tal, como a *mistura* das línguas, é um processo incompleto, em construção, irregular, instável. (STURZA, 2010, p. 89).

O comércio na fronteira tem um importante papel: o de colocar em interação espaços nacionais diferentes. Este comércio impulsiona a vida local e depende do fluxo cambial, são nesses locais onde a circulação de falantes é mais dinâmica, portanto onde os contatos intensificam-se. A língua que se fala no comércio fronteiriço é a língua do lugar, da necessidade, da relação. Muitos dos sujeitos fronteiriços (vendedores ambulantes) entrevistados em 2009, também nomearam a língua praticada no local de *portunhol*.

O *Portunhol* é esta mescla, mistura que se define por um estado de processo, em constante trocar-se, misturar-se. Por outro lado, do ponto de vista do seu funcionamento enunciativo-pragmático, é uma língua que funciona sempre que projetada para um interlocutor, a saber, não desconhecido, não tão estrangeiro, mas com quem é preciso ampliar o contato, é necessário compreender. (STURZA, 2010, p. 95)

---

<sup>11</sup> Esses depoimentos foram recolhidos por Emmanuelle Coutinho Ribeiro Bär. Ver. *O comércio informal e o uso do portunhol na cidade fronteiriça de Uruguaiana*. Monografia de final de Graduação. Entrelínguas / Letras - UFSM - Santa Maria - RS, 2009.

Assim, os contatos linguísticos nas fronteiras se estruturam mais pela questão da enunciação, a de projetar e considerar o interlocutor, a quem se enuncia, o que independe de estes terem ou não domínio dos códigos linguísticos. É desde esta perspectiva que entendemos o *portunhol*, dentro da realidade fronteiriça, sabendo que o uso desta designação de língua é amplo e não se restringe à fronteira. Esse não domínio do código, muitas vezes, causa enfrentamentos nos espaços institucionais e formais de uso da língua, como na escola, quando a língua que os identifica como sujeitos, a de dentro de casa, a da rua, a do comércio, é estigmatizada, é carregada de preconceitos, de negação da identidade fronteiriça. Quando o falante utiliza-as marca o seu lugar político e identitário. Há "um redimensionamento do lugar que as línguas passam a ocupar para os sujeitos, e os sentidos políticos que elas têm, pelo dizer, enunciar a identidade fronteiriça" (Sturza, 2010, p. 93).

A fronteira enunciativa se constitui no plano do enunciar pela distribuição dos lugares de dizer *na(s)* língua(s), significando a relação do sujeito com as línguas, a partir de uma distribuição desigual dos lugares do dizer. É a interdição linguística, que divide a língua da escola, da língua da rua, da família, do comércio, fazendo o sujeito significar-se pelo conflito de dizer em cada língua, de acordo aos lugares em que está autorizado a dizer. Já "a fronteira linguística se define pelo cruzamento das línguas no plano do dizer, significando o atravessamento linguístico do sujeito" (Parcianello, 2010, p. 109). No plano do enunciar, a fronteira enunciativa faz que o sujeito encontre-se dividido entre a língua da escola e a língua do cotidiano. Esta fronteira que é instaurada pela interdição, é, para estes sujeitos, o lugar da resistência.

De acordo com Fernandes & Sturza (2009) esse redimensionamento ocorre porque a língua portuguesa falada pelos fronteiriços não é mais a mesma língua, estando afetada pela entrada do espanhol. O espanhol é constitutivo das línguas na fronteira; às vezes *castelhano*, às vezes *correntino*, funcionando neste espaço, devido às condições sócio-históricas, como uma *língua próxima*. O espaço enunciativo da fronteira encontra-se dividido por essas duas línguas, a tal ponto que não se trata simplesmente de uma interferência ou transparência absoluta, mas de continuidade enunciativa. Esses movimentos de sentidos significam a fronteira como

um lugar à parte, apresentando-se como uma tendência enunciativa quando se passa de uma língua a outra.

Entendemos tendência enunciativa como a recorrência de uma ou algumas estruturas linguísticas que caracterizam uma forma de dizer em um discurso oral ou escrito. Tal forma pode representar marcas deixadas pelo sujeito discursivo e, a partir destas, esboçam-se não só perfis de sujeitos, mas também estratégias discursivas utilizadas para alcançar determinados objetivos. (Fernandes & Sturza, 2009, p. 216).

A tendência enunciativa seria como uma marca no dizer, explícita na materialidade linguística de uma enunciação, essa tendência é uma característica enunciativa de um sujeito. "O sujeito utiliza, na enunciação, tendências enunciativas de duas línguas conforme o interlocutor e o seu objetivo" (Fernandes & Sturza, 2009, p. 220). Os objetivos dos sujeitos podem ser vários, dentre eles, o interesse comercial, foco deste trabalho.

No caso das comunidades fronteiriças de Uruguaiana e Paso de los Libres o aspecto econômico contribuiu para que o fluxo de pessoas de um lado ao outro da fronteira se intensificasse. O rio Uruguai propiciou negócios entre brasileiros e *castelhanos* (argentinos e uruguaios), negócios estes que, a partir da segunda metade do século XIX, tornaram-se mais intensos e integraram estas zonas às capitais platinas (Buenos Aires e Montevideú). Esse comércio propiciou uma sociologia própria, onde as línguas de fora, uma vez em contato, entrassem no espaço de circulação da língua nacional, a língua de dentro, assim como afirma Grimson (2005) *desde fuera hacia adentro*.

O fato é que o espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil, assim como o espaço de enunciação da língua espanhola da Argentina e do Uruguai, constitui-se como um espaço de enunciação *entre línguas*, espaço este que Sturza (2006) chamou de Espaço de Enunciação Fronteiriço. Além do português e do espanhol houve uma circulação intensa de outras línguas europeias na cidade de Uruguaiana, principalmente na 2ª metade do século XIX e início do século XX.

Logo que a pequena comunidade de Santana Velha foi elevada à categoria de Vila de Uruguaiana (1846), muitos estrangeiros vindos pela Argentina e Uruguai, aí se instalaram, contribuindo para o processo de povoação e urbanização do novo vilarejo. O número de imigrantes espanhóis,

franceses, alemães e italianos somava metade da população local. (FERNANDES & STURZA, 2009, p. 213).

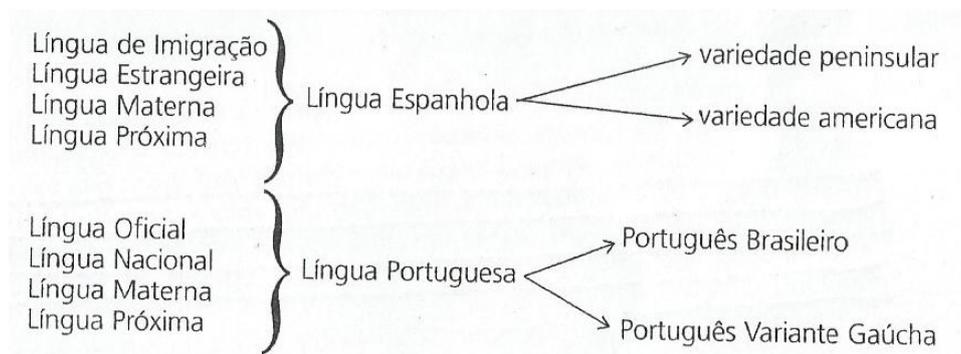
Estes imigrantes contribuíram para a construção de uma sociologia da fronteira, colocando em circulação outras línguas, além do português, do espanhol e das línguas indígenas. Segundo Fernandes & Sturza (2009, p. 214) "nos primeiros jornais que surgiram no município de Uruguaiana, há textos publicados por italianos, espanhóis, franceses, alguns por argentinos e uruguaios, todos escritos em suas línguas maternas". Assim, percebe-se que no início do século XX ainda não havia uma interdição quanto à circulação das línguas, tanto na escrita como na oralidade. O processo de interdição linguística teve o seu tempo áureo no Estado Novo, regime ditatorial do presidente Getúlio Vargas, onde se decretou a obrigatoriedade da alfabetização em língua portuguesa. Esta ação é considerada um gesto político, que produziu o silenciamento de outras línguas. O ideal do governo foi o de "unificar" a língua, como se a língua portuguesa fosse a única falada em todo o território nacional, para assim satisfazer os ideais nacionalistas da época.

### 3.3 O ACONTECIMENTO ENUNCIATIVO E A FRONTEIRA COMO ESPAÇO PROPÍCIO PARA O FUNCIONAMENTO DO POLÍTICO

Para Guimarães (2005, p. 07) "a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer". Esse acontecimento enunciativo é um espaço de temporalização, ou seja, é o acontecimento que temporaliza. Não é o sujeito que temporaliza, este é tomado na temporalidade do acontecimento. "O presente e o futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como *memorável*" (Guimarães, 2005, p. 12). O acontecimento caracteriza-se por esta nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem isso não é possível haver sentido, acontecimento de linguagem e nem enunciação. Outra importante característica do acontecimento de linguagem é que este é um acontecimento político, por se dar nos espaços de enunciação.

O espanhol está presente no Espaço de Enunciação Fronteiriço desde os primórdios do processo de colonização da fronteira, esse passado, o *memorável*, significa-se no acontecimento do dizer dos falantes da fronteira. A presença de imigrantes espanhóis na cidade de Uruguaiana ilustra o quanto o espanhol circulou nesta zona de fronteira brasileira. Já nos séculos anteriores, nos tempos das Missões Jesuíticas no Rio Grande do Sul, tem-se o castelhano como a língua da fé, do rei e da lei. Quando este território passou para as mãos luso-brasileiras, as pessoas não perderam automaticamente a sua língua. Com o passar do tempo, ela acabou transformando-se em uma memória. E como esta memória, ela continuou presente nos traços linguísticos do chamado Português Gaúcho da Fronteira (Fernandes & Sturza, 2009).

Portanto, comprova-se que o espanhol nas zonas de fronteira está presente no Espaço de Enunciação Fronteiriço a muitos séculos. A presença do espanhol, desde estas épocas, define-se pelo seu modo de entrada em circulação: por um lado há o espanhol peninsular e por outro o espanhol americano, na variante rio-platense. Pode-se representar a presença do espanhol na fronteira brasileira paralelamente a condição do português no Brasil e suas respectivas variantes, a distribuição das línguas, no Espaço de Enunciação Fronteiriço, se dá por meio do seu funcionamento ao serem praticadas pelos falantes da fronteira. Fernandes & Sturza (2009, p. 215) fazem um esquema da distribuição das línguas no Espaço de Enunciação Fronteiriço<sup>12</sup>.



<sup>12</sup> O esquema das línguas foi retirado do artigo intitulado "A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil", de autoria de Eliana Sturza e Ivani Fernandes.

Através desse esquema das línguas pode-se contemplar o quanto os falantes da fronteira encontram-se divididos pelas línguas que falam. Assim sendo, o Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço político, que instala um conflito no centro do dizer. Guimarães (2005) afirma que enunciar é, pois, uma prática política, já que os falantes são as pessoas identificadas pelas línguas que falam.

Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político, portanto. A língua é dividida no sentido de que ela é necessariamente atravessada pelo político: ela é normativamente dividida e é também a condição para se afirmar o pertencimento dos não incluídos, a igualdade dos desigualmente divididos. (GUIMARÃES, 2005, p. 18)

As condições sócio-históricas da comunidade fronteiriça demonstram que tanto a história do português como a do espanhol se entrecruzaram. "É desse modo que ambas as línguas se tornam aproximadas, uma vez que compartilham espaços e histórias entrelaçadas, configurando o que definimos por Espaço de Enunciação Fronteiriço" (Fernandes & Sturza, 2009, p. 215). O espaço de circulação de línguas se organiza porque há uma política de línguas que o constitui pela maneira como as línguas vão entrando no Espaço de Enunciação Fronteiriço, principalmente, quando a língua que determina as relações é a língua nacional.

De acordo com Guimarães (2003, p. 48) *Língua nacional*: é a língua de um povo, enquanto língua que o caracteriza, que dá aos seus falantes uma relação de pertencimento a este povo. *A Língua oficial*: é a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais". *Língua materna*: é a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como primeira para os seus falantes. Para Fernandes & Sturza (2009, p. 212) *a Língua próxima* é "uma língua que funciona em um espaço de interface com a outra, pertencente a um conjunto de representações histórico-sociais e inter-culturais que as identificam como tal".

No espaço de enunciação o espanhol é uma língua estrangeira à medida que entra no espaço discursivo da língua nacional do Brasil, que é o português. Porém, quando funcionam como a língua de intercomunicação, tanto o espanhol como o

português são línguas maternas, configurando um espaço discursivo dual. O Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço de "*estar entre línguas*, nos seus mais diversos modos, com hierarquias diferentes e mutáveis" (Fernandes & Sturza, 2009, p. 216).

Para Guimarães (2003) é o espaço de enunciação que atribui a língua para os seus falantes, sendo que cada espaço de enunciação tem uma regulação específica, distribuindo as línguas em relação de um modo particular. Essa distribuição das línguas é sempre desigual, pois cada língua toma seus falantes cada uma a seu modo.

Podemos afirmar que o sujeito linguístico da Fronteira deixa suas marcas na materialidade linguística em suas enunciações de acordo com a situação. Cabe lembrar neste momento que cada sujeito carrega a sua primeira língua e, conseqüentemente, a respectiva tendência enunciativa. No entanto, também esse sujeito se espelha e constrói seu projeto discursivo segundo o Outro, que pode ou não ter a mesma língua. Por conseguinte, os enunciados produzidos nesta comunidade muitas vezes tinham as características de duas línguas, mais particularmente do português e do espanhol, como forma de expressão e de estratégia para atingir o seu interlocutor. (Fernandes & Sturza, 2009, p. 220)

Mota (2014, p. 49) afirma que "a projeção que se faz do interlocutor pelo sujeito funciona como um mecanismo de antecipação". Neste ponto, torna-se pertinente recorrer a noção de *Formações Imaginárias*, noção esta construída no interior da Análise de Discurso. O sujeito enuncia de um modo ou de outro, de acordo com o efeito que produzirá em seu ouvinte. Deste modo, o mecanismo de antecipação regula o processo de argumentação. "Todo o sujeito tem a capacidade de experimentar, ou melhor, de colocar-se no lugar em que seu interlocutor "ouve" suas palavras. Ele antecipa-se assim a seu interlocutor quanto ao sentido que suas palavras produzem" (Orlandi, 2013, p. 39).

Quando se vende no comércio da fronteira essa projeção que o sujeito faz do seu interlocutor acontece todo momento, se o interlocutor é brasileiro o sujeito fala em português, mas se este é argentino ou uruguaio o sujeito fala em espanhol ou *portunhol*. A cena do comércio propicia o que Sturza (2011) chama de desterritorialização da língua. Fala-se espanhol ou *portunhol* no espaço de enunciação do português. Essa *língua fluida* que o comerciante usa para vender,

para interagir com o seu cliente, nos remete aos conceitos propostos por Eni Orlandi o de *língua imaginária* e o de *língua fluida*.

As *línguas-imaginárias* “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas-instituição, a-históricas. Construção. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em línguas imaginárias” (Orlandi, 1988, p.28-29). Esta língua está fixada pela norma, é a língua da escola. Já “a língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidades (significativas) de análise, no contexto de sua produção” (Orlandi, 1988, p.34). Esta é a língua do comércio, a que está em constante movimento.

Nesta seção vimos o quanto às línguas no Espaço de Enunciação Fronteiriço estão divididas e afetadas pelo político, o que se significa no acontecimento do dizer. Há uma disputa incessante pelo dizer na cena do comércio, onde entram em constante conflito a língua portuguesa e a língua espanhola.

### 3.4 AS PESQUISAS DAS LÍNGUAS DE FRONTEIRA NO ÂMBITO ACADÊMICO: UMA HISTÓRIA DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS

De acordo com Auroux (1992) todo conhecimento é uma realidade histórica. “O ato de saber possui, por definição, uma espessura temporal, um horizonte de retrospecção, assim como um horizonte de projeção” (Auroux, 1992, p.11). Entende-se por horizonte de retrospecção todo o conhecimento produzido no passado. Os novos estudos que são produzidos sobre a língua estão em um horizonte de projeção. “O saber não destrói seu passado como se crê erroneamente com frequência; ele o organiza, o escolhe, o esquece, o imagina, do mesmo modo que antecipa seu futuro sonhando-o enquanto o constrói. Sem memória e sem projeto, simplesmente não há saber” (Auroux, 1992, p.12). A produção do conhecimento linguístico depende da memória (retrospecção) e do projeto (projeção). Por isso, parece-nos importante tratar sobre o que já se produziu sobre as línguas em contato através de diferentes perspectivas teóricas para, assim, colocar o nosso olhar e a perspectiva teórica pela qual abordaremos a questão das línguas na fronteira.

A historicidade da língua é a dos saberes produzidos, ou seja, constrói-se nas concepções, nas noções, nas filiações, nos instrumentos tecnológicos, nas suas

diferentes formas de materializar-se enquanto língua, significando também a história. “É no funcionamento da linguagem que as ideias constituem sentidos” (Sturza, 2006, p. 94). Um dos pioneiros a estudar sobre as línguas em contato no estado do Rio Grande do Sul foi o professor e dialetólogo Heinrich Bunse. Na sua obra mais ampla e de maior relevância *Estudos de Dialetologia no Rio Grande do Sul (1969)*, primeiramente o autor menciona os vocabulários regionais, os glossários que acompanham as obras de ficção regionalista e os estudos sobre o dialeto gaúcho.

As pesquisas de Bunse estenderam-se além da fronteira estadual, na região noroeste de Santa Catarina, Argentina e Uruguai. Quanto ao último país a tarefa de Bunse tornou-se mais amena, devido às publicações do dialetólogo José Pedro Rona, que foram o resultado das suas pesquisas na zona fronteira. Nos estudos de Bunse, a fronteira Brasil-Uruguai foi delimitada com nitidez. Concluiu-se que a campanha gaúcha surge como uma área linguística diferenciada (Magalhães, 1971). Apesar do intenso trabalho de Bunse, foram poucos os pesquisadores brasileiros que se interessaram sobre a temática da mistura das línguas na fronteira.

Há um maior número de pesquisas do contato entre as línguas sobre a fronteira Brasil-Uruguai que do que sobre fronteira Brasil-Argentina. Isto se deve ao interesse de pesquisadores de la Universidad de la República/Uruguai, após a institucionalização da linguística como disciplina e espaço acadêmico a partir da década de 50. Os estudos de José Pedro Rona foram pioneiros e abordaram a história do português no Uruguai e motivaram obras de suma importância para o campo da Linguística fronteira.

Em relação aos estudos fronteiriços, o enfoque dado à mistura das línguas, por seu estado de contato, surge de uma relação de pesquisa da linguística hispânica, notadamente sem a contrapartida de estudos brasileiros neste tema, que deveria ser de interesse comum para uma linguística latino-americana. Até onde se sabe, não houve a formulação de um debate entre as comunidades científicas. (STURZA, 2006, p. 92)

A nomeação dada por Rona, já na obra “*La frontera lingüística entre el portugués y el español en el Norte del Uruguay*” (1963), a uma das línguas de fronteira praticada na região norte do Uruguai foi a de *Dialecto fronterizo* (Mota, 2014, p. 18). O trabalho de Rona (1965), com *Dialecto Fronterizo del Norte del Uruguay*, trouxe pela primeira vez uma reflexão sobre o cruzamento entre a língua

portuguesa e espanhola nas fronteiras do Brasil com o Uruguai e suscitou outras pesquisas sobre as línguas em contato nessa fronteira como os de Elizaincín, Behares & Barrios (1987), de Hensey (1972) e os de Carvalho (2003). Estes estudiosos orientaram seus trabalhos por duas correntes teóricas: a geografia dialetal e a sociolinguística. As práticas linguísticas fronteiriças são enfocadas por parâmetros de distribuição geográfica (Sturza, 2006).

De acordo com Mota (2010, p. 54) Rona, baseado na Dialetologia Estruturalista, adotou critérios fonológicos, morfológicos e léxicos que o levaram a distinguir quatro variedades das línguas de fronteira faladas na região: o *artiguense*, o *yaguaronense*, o *melense* e o *riverense*. Levando em conta o grau de influência do português dividiu o norte do Uruguai em três zonas dialetais: uma luso-falante, outra que se falava somente o *fronterizo* e uma terceira zona hispano-falante.

Para nomear uma das línguas de fronteira como *Dialecto Fronterizo*, Rona estudou o seu sistema. Segundo Sturza (2008, p. 143) ele analisou e descreveu a estrutura do sistema fonêmico do *Dialecto Fronterizo*. Através da sua análise e descrição, concluiu que havia um novo sistema em funcionamento, que não era nem o do português do Rio Grande do Sul e nem o do espanhol uruguaio. Sua análise também comprovou que a base morfossintática do *Dialecto Fronterizo* é a da língua portuguesa. “*Fronterizo* é um dialeto de base portuguesa, hispanizada” (Sturza, 2005, p. 50).

As pesquisas de Rona propiciaram o interesse de outros pesquisadores, cada um deles designou de maneira diferente as línguas de fronteira, faladas no norte do Uruguai. Hensey (1972) designou de “Portunhol”, Elizaincín, Behares & Barrios (1987) de “Dialectos Portugueses de Uruguay (DPU), Carvalho (1998) de “Português do Uruguay”. Todas essas designações, de acordo com (Sturza, 2006), têm sentidos políticos. O locutor-acadêmico, que produz conhecimento sobre as línguas em contato, atribui um lugar político às línguas de fronteira. “São esses sentidos políticos que constituem uma História das Ideias Linguísticas sobre o cruzamento das línguas nas zonas de fronteira” (Sturza, 2006, p. 162). O discurso acadêmico, ao tratar as línguas em contato, não as concebe como vinculadas ao Estado nacional ou como a língua de aquisição, ou seja, não há língua nacional, língua materna ou segunda língua, para estes estudiosos, todas estão no conjunto das línguas de fronteira.

O bilinguismo, as atitudes linguísticas, as variedades do contato, as influências, as isoglossas, as diglossias são parâmetros estabelecidos pelos linguistas, no recorte do seu objeto de análise. Estes aspectos são amplamente descritos pela Sociolinguística e pela Sociologia da linguagem, áreas que tem sistematicamente desenvolvido pesquisas sobre as línguas de fronteira (Sturza, 2006).

Apesar do contato entre as línguas (português e espanhol) serem evidentes nas fronteiras ao sul do Brasil, segundo Sturza (2004), as pesquisas desenvolvidas por brasileiros concentram-se mais em descrever a realidade sociolinguística da região, descrevendo muito pouco sobre a presença do espanhol no lado brasileiro da fronteira, embora hajam trabalhos como os realizados pelos projetos ALERS (Atlas Lingüístico e Etnográfico da Região Sul) y VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul) que incluíram a zona de fronteira. Outros trabalhos como os de Poersch & Silva (1990) constituem-se em tentativas isoladas de tratar sobre a questão do contato linguístico no extremo sul, na zona de fronteira do Brasil com a Argentina. Conforme Sturza (1994), tratando-se de pesquisas realizadas na fronteira Brasil-Argentina é importante destacar os trabalhos de investigação realizados pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, que apresentam alguns levantamentos da situação linguística das cidades pertencentes à província de Misiones, cujas fronteiras dividem umas com o Brasil e outras com o Paraguai.

Como se pode observar toda a tradição de pesquisas sobre as línguas em contato nas fronteiras do Brasil com os países rio-platenses (Argentina e Uruguai) construiu-se através de pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas, que tratam das mudanças internas da língua. São poucos os estudos que tratam da questão com a perspectiva da abordagem das línguas pelo seu funcionamento, pelos seus recursos discursivos, por uma política de línguas construída pelo próprio modo de funcionamento da linguagem (Sturza, 2006). Este trabalho propõe-se em analisar as designações dos estabelecimentos comerciais da fronteira por este viés teórico, abordando as línguas pelo seu funcionamento, pelos seus recursos discursivos, e não pela comparação entre os sistemas linguísticos da língua portuguesa e espanhola.

#### **4 O COMÉRCIO COMO ESPAÇO E CONSTITUIÇÃO DE UMA CENA ENUNCIATIVA NA FRONTEIRA: NO ENTREMEIO DAS LÍNGUAS**

O comércio na região da fronteira oeste do Rio Grande do Sul, desde a constituição das suas primeiras vilas, tem demonstrado ser um dos fatores que mais intensificaram e ainda intensificam o contato entre os habitantes da região e os *hermanos* que vivem “do outro lado” da linha divisória. Conforme se relata no capítulo 2, nos séculos anteriores, através do rio Uruguai, passavam inúmeras mercadorias advindas, principalmente, dos portos de Buenos Aires e Montevideú. Estas mercadorias abasteciam a comunidade fronteiriça, que viveu os seus tempos áureos de riqueza, principalmente, na segunda metade do século XIX. "Um dos fatores de sustentação da vida fronteiriça é o econômico. As negociações comerciais nas regiões fronteiriças contribuíram para o fluxo de pessoas" (Fernandes & Sturza, 2009, p.39).

Atualmente, quando se visita uma cidade de fronteira no RS, logo se percebe o quanto a atividade comercial ainda é uma das maiores fontes de renda de uma parcela considerável da população. Na cidade de Uruguaiana, por exemplo, há uma intensa atividade comercial e uma quantidade expressiva de armazéns, os chamados “bolichos”, principalmente nos bairros mais pobres e longínquos da zona central.

Na fronteira, não há quase indústrias e são poucos os investimentos em outros setores, como saúde e educação, sendo esta uma localidade ainda muito agropastoril e comercial, o que quase não mudou dos séculos anteriores para cá. Considerando o quanto o comércio foi e continua sendo essencial para a manutenção deste “ir” e “vir” de pessoas e mercadorias de um lado ao outro da fronteira é que se delimitou este como sendo o espaço no qual se realizaria a pesquisa. Se o comércio propicia esse deslocar de pessoas e mercadorias, também se torna um espaço muito propício para um maior contato entre as línguas, principalmente, no caso desta fronteira, do português e do espanhol.

Quando escolhemos a cena do comércio como o lugar no qual realizaríamos a nossa pesquisa, não o pensamos enquanto espaço físico, mas como uma especificação local no Espaço de Enunciação Fronteiriço.

A cena enunciativa é assim um espaço particularizado por uma deontologia específica de distribuição de lugares de enunciação no acontecimento. Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo para “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala”. Na cena enunciativa “aquele que fala” ou “aquele para quem se fala” não são pessoas mas uma configuração do agenciamento enunciativo. São lugares constituídos pelos dizeres e não pessoas donas de seu dizer. Assim estudá-la é necessariamente considerar o próprio modo de constituição destes lugares pelo funcionamento da língua (GUIMARÃES, 2005, p. 23).

A cena enunciativa organiza a relação Locutor-interlocutor, enunciador-enunciatário. Cada diálogo ou texto produzido por estes falantes produz uma cena onde as línguas disputam o lugar do dizer para marcar a identificação de cada um dos enunciadores que quer se significar, assim, a escolha é política.

#### 4.1 A MARCA E O NOME COMERCIAL

A marca é algo fascinante, a sua natureza jurídica e os inúmeros posicionamentos doutrinários que a definem nos remetem ao estudo aprofundado daquilo que é uma das diversas formas de expressão da raça humana. A marca tem a função de atestar a origem e a qualidade do produto. Atualmente, muitos estabelecimentos comerciais foram adotando o mesmo nome comercial da marca. No entanto, a marca e o nome comercial nunca se confundiram, pois a proteção legal e os regimes jurídicos a que se submetem são distintos (Alvarenga, 2015).

O nome comercial ou empresarial é aquele utilizado pelo empresário para se identificar como sujeito de uma atividade econômica. A marca indica o produto ou o serviço, já o nome identifica o sujeito de direito que fabrica o serviço ou fabrica o produto. Há duas espécies de nome empresarial: a firma e a denominação. "A firma designa o nome do comerciante individual sob o qual exerce as suas atividades, enquanto a denominação designa o nome da pessoa jurídica que a exerce" (Alvarenga, 2015, s/p). O nome comercial também não é a mesma coisa que o "título de estabelecimento" e da "insígnia". O título é o sinal distintivo nominativo da empresa, já a insígnia é o emblema, o signo distintivo figurativo conjugado ou não as expressões nominativas. No caso deste trabalho, são analisados os títulos dos estabelecimentos comerciais selecionados.

#### 4.2 CONSTRUINDO O ARQUIVO: A CONSTITUIÇÃO DO CORPUS DE PESQUISA A PARTIR DAS DESIGNAÇÕES DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DA CIDADE DE URUGUAIANA

De acordo com Guimarães (2003) "a cidade é um espaço cada vez mais habitado por palavras. São placas sinalizadoras de direção, de nomes de rua, outdoors, folhetos distribuídos por toda a parte, anúncios em altos falantes, música de variado tipo, luminosos de estabelecimentos comerciais de toda a espécie". Neste conjunto tão heteróclito de materiais de linguagem tem um lugar decisivo a designação, esse fato de significação que se costuma associar aos nomes. Como o nosso objetivo é verificar se a língua espanhola constitui-se como uma língua de circulação no comércio uruguaianense e como ocorre o seu funcionamento nas designações, fomos até a cidade de Uruguaiiana, onde encontramos uma quantidade expressiva de nomes de estabelecimentos comerciais em língua espanhola. Por conseguinte, delimitamos que trabalharíamos somente com a designação, conforme propõe a perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento. As designações dos estabelecimentos comerciais da cidade de Uruguaiiana em língua espanhola constituíram o nosso arquivo.

Para Petri (2014) a construção de um arquivo pressupõe uma questão, esta pode e deve promover o movimento. A pergunta de pesquisa é o que desacomoda sentidos e o que incomoda o sujeito. "Ela será determinante na constituição de um arquivo em detrimento de tantos outros possíveis" (Petri, 2014, p. 388). Ao reunir um arquivo, ele poderá ser palpável ou virtual, produzindo em nós uma ilusão de agrupamento, de reunião, como se houvesse um trajeto de leitura já traçado. Segundo a autora isso é ilusão, pois quanto mais o agrupamos, mais o estaremos expondo ao princípio da divisão dos sentidos. Ao constituir um arquivo ele é um objeto discursivo a ler e a sua leitura deve ser entendida como espaço polêmico, aberto a sentidos outros.

Segundo Foucault (1971, p. 150) "o arquivo define um nível particular: o de uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação". Para este autor, o arquivo não é descritível em sua totalidade; e é incontornável em sua atualidade. O arquivo dá-se por fragmentos, regiões e níveis.

Para construir o arquivo, fomos até Uruguiana e ficamos na cidade por quatro dias, entre os dias 10 e 14 de agosto de 2015. Nestes dias, como fora proposto no projeto de pesquisa, tínhamos por objetivo coletar quaisquer materialidades escritas no comércio uruguaianense, que contivessem palavras em língua espanhola ou em um processo de mistura com a língua portuguesa. Desta primeira coleta de dados, formamos um arquivo com vinte e duas designações de estabelecimentos comerciais. Como fora dito, em um primeiro momento, analisaríamos qualquer materialidade escrita, mais especificamente pensávamos em propagandas, como: panfletos, banners, cartões de visita, etc. Porém, nesta primeira visualização do arquivo, identificamos somente a incidência de nomes de estabelecimentos comerciais em língua espanhola, não havendo outros tipos de materialidades escritas. Portanto, restringimos a nossa análise somente para o estudo enunciativo da designação.

Como o objeto de análise são as designações, o arquivo foi construído de forma digital, através de fotografias. Utilizamos um Smartphone Samsung Galaxy win 2 4G para fotografar as fachadas dos estabelecimentos comerciais. Entre essas vinte e duas designações que formavam o arquivo, percebemos em onze o uso dos artigos determinantes do espanhol (“el” e “la”) acompanhando os sintagmas nominais, que nomeavam os estabelecimentos, sendo que dentre essas onze, havia duas em um processo de mistura de línguas. Esse fato chamou-nos a atenção e despertou-nos o interesse em analisar o funcionamento enunciativo destes artigos como forma de designar estabelecimentos comerciais na fronteira. Assim, recortamos do arquivo, que inicialmente continha vinte e duas designações, apenas onze onde havia a incidência dos artigos determinantes do espanhol. Na análise enunciativa “o recorte é um fragmento do acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2011, p. 44). Essas onze designações formaram o corpus da nossa primeira análise.

As onze designações analisadas em um primeiro gesto de análise foram:

1. El gordo (loja);
2. La comercial (ferragem);
3. El ico (lojas de acessórios e roupas);
4. El turco (supermercado);
5. La frontera (confecções);

6. La frontera (moda jovem gaúcha);
7. La colonial (padaria);
8. La fiambreteria (loja de frios);
9. La peluqueria salone (salão de cabelereiro);
10. La fronteira (whiskeria)
11. La campeira (hotel).

No exame de qualificação, que se realizou no dia sete de julho de 2016, a banca de professores<sup>13</sup> sugeriu que voltássemos à cidade de Uruguaiana e que visitássemos os onze estabelecimentos comerciais previamente analisados. O objetivo destas visitas seria o de dialogar com os respectivos comerciantes e assim traçar o seu perfil social, questionando-os sobre os motivos que os levaram a designar os seus estabelecimentos comerciais em língua espanhola. Este é o objetivo dos perfis sociais nas análises, ajudar-nos na interpretação das designações. Por isso, optou-se em colocar as fotografias das fachadas ou placas dos estabelecimentos e logo abaixo o perfil social, posteriormente há uma análise semântico-enunciativa de cada designação. Pensou-se que, desta forma, as análises estariam mais bem organizadas, facilitando o seu entendimento, do que simplesmente postas em um texto corrido.

Assim, entre o dia primeiro e o dia cinco de agosto de 2016 retornamos a Uruguaiana com o objetivo de visitar os comerciantes e tentar conseguir, se possível, um maior número de ocorrências. Conseguimos conversar com todos os comerciantes, menos com os proprietários dos seguintes estabelecimentos: “el gordo” e “la campeira”. A loja “el gordo” encontra-se fechada e quanto ao hotel “la campeira” o comerciante não retornou o contato realizado. Percorrendo a cidade encontramos mais dois estabelecimentos onde há a ocorrência do uso dos artigos determinantes do espanhol: “la comparsa” e “la carmencita”, essas duas designações não estavam no *corpus* da primeira análise. Dialogando com os comerciantes também descobrimos que “la frontera” confecções e “la frontera” moda jovem gaúcha são na verdade empreendimentos do mesmo proprietário, pois em um lugar encontra-se o atelier, onde se confeccionam as roupas para, posteriormente,

---

<sup>13</sup> A banca do exame de qualificação foi composta pelos professores Adail Sobral (UCPEL), Evelyne Costa (UFSM) e Eliana Sturza (UFSM).

revendê-las na loja de moda jovem gaúcha. Portanto, passamos a considerá-las como um mesmo estabelecimento, ainda que se localizem em diferentes endereços.

Após essa segunda visita a Uruguiana, o nosso *corpus* de pesquisa mudou ficando composto por dez designações:

1. El turco (supermercados)
2. El ico (lojas de acessórios e roupas)
3. La frontera (confeções e moda jovem gaúcha)
4. La comparsa (parceria de laçadores)
5. La comercial (ferragem)
6. La colonial (padaria)
7. La peluqueria salone (salão de beleza)
8. La carmencita (restaurante)
9. La fiambreteria (comercio de frios e embalagens)
10. La fronteira (whiskeria)

As fachadas e placas dos estabelecimentos que não estavam presentes na primeira análise também foram fotografadas por um Smartphone Samsung Galaxy win 2 4G. Antes que se faça um gesto de análise das designações, segundo Guimarães (2003) é necessário diferenciar três conceitos chaves: a referência, a nomeação e a designação. É através da referência que se particulariza algo na enunciação e pela enunciação. Por exemplo: *O jogador está sentado a segunda mesa à esquerda.* O sintagma nominal "o jogador" está particularizando uma pessoa, indicando-a. A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. Já a "designação é o que considero a significação de um nome enquanto a sua relação com os outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome. A designação não é algo abstrato, mas linguístico e histórico. Ou seja, é uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real" (Guimarães, 2003, p. 54).

Os nomes de espaço na cidade lhe dão sentidos e constroem de algum modo esta geografia. Identificando-a. "Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte" (Guimarães, 2003, p. 54). Por isso, propomos-nos a refletir sobre o funcionamento

de designações na fronteira, acreditando que estas remetem as relações sociais do local a que fazem parte. Designar é um ato de significar. “A designação atribui um significado além do nomeado” (Sturza, 2006, p. 90). Logo, nas designações dos estabelecimentos comerciais, que compõe o *corpus* da pesquisa, há uma relação com outros nomes, além de reportarem ao “universo” da fronteira, às relações sócio-históricas desta região.

Para analisarmos o funcionamento do sentido das designações mobilizaremos conceitos como o de Temporalidade, Espaço de Enunciação Fronteiriço e o de Político. Segundo Guimarães (2005) é o acontecimento que temporaliza, ele instala a sua própria temporalidade. Não é o sujeito que temporaliza, porém é tomado na temporalidade do acontecimento. O presente e o futuro no acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. “Esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável” (Guimarães, 2005, p. 12). Cada acontecimento é uma nova temporalização, sem a qual não há sentido, não há enunciação.

O espaço no qual os acontecimentos enunciativos constituem a designação denomina-se de Espaço de Enunciação. Pois, quando se considera a língua pela análise do acontecimento da enunciação não se pode concebê-la sem a sua relação com o falante. “Só há línguas porque há falantes e vice-versa. Os falantes são determinados pelas línguas que falam, sendo uma categoria linguística e enunciativa, figuras políticas constituídas pelos espaços de enunciação” (Guimarães, 2003, p. 54).

Considerando-se que na fronteira a língua espanhola avança o território brasileiro e passa a dividir espaço com a língua portuguesa modifica-se a perspectiva de compreensão sobre o espaço de enunciação, relações entre línguas e sentidos políticos. “As línguas de fronteira se distribuem segundo uma organização própria, enunciada nas línguas ou sobre as línguas neste espaço de enunciação” (Sturza, 2006, p. 66). Na fronteira, os sentidos das línguas não são necessariamente os sentidos da língua nacional.

É possível que no Espaço de Enunciação Fronteiriço a “divisão do falante” seja mais evidenciada, uma vez que a fronteira já reporta a uma divisão, que é política. Ao enunciar nas línguas da fronteira, o falante já se significa

dividido por essas línguas, do mesmo modo como a Fronteira significa o encontro de dois mundos (Sturza, 2006, p. 69).

Portanto, o Espaço de Enunciação Fronteiriço é um espaço constituído por um conjunto de línguas, onde se inclui o cruzamento de línguas. O cruzamento ocorre de dois modos: pela presença concomitante das duas línguas nacionais, em um mesmo enunciado, ou pela mistura dessas duas línguas, prática esta conhecida como "portunhol" (Sturza, 2006).

De acordo com Guimarães (2005) pelo fato do acontecimento de linguagem se dar nos espaços de enunciação este é um acontecimento político. "O político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento" (Guimarães, 2005, p. 16).

Mobilizaremos esses conceitos da *Semântica do Acontecimento*, perspectiva teórica adotada, em um gesto de análise do funcionamento das designações que compõe o *corpus* da pesquisa.

#### 4.3 O MAPA COMO TEXTO: UM GESTO DE ANÁLISE DAS DESIGNAÇÕES

De acordo com Guimarães (2003, p. 24) "os nomes dos estabelecimentos comerciais funcionam como um modo de nomear os estabelecimentos para que possam ser referidos tanto por seus proprietários quanto por seus fregueses ou pelas pessoas em geral". Esses nomes são nomes na cidade, nomes urbanos, e para serem notados pelo maior número de pessoas possíveis apresentam-se através da ampliação do nome, de uma diagramação, de uma iluminação, capaz de proporcionar a leitura do nome à distância. Quando estes nomes estão referidos no espaço urbano torna-se possível localizá-los através do seu endereço no mapa da cidade. "O espaço do homem só é espaço enquanto historicamente determinado, e a linguagem o designa neste processo histórico" (Guimarães, 2005, p. 44).

Considerando os nomes dos estabelecimentos comerciais como uma referencia no espaço urbano, tomaremos o mapa da cidade enquanto texto. Tomar o mapa enquanto texto permite-nos pensar a questão da relação dos nomes no seu conjunto e sua distribuição no espaço urbano. Os nomes dos estabelecimentos são enunciados que compõe o espaço urbano da cidade, localizam-se através dos endereços contidos no mapa. Esses enunciados tem uma característica importante:

não tem estrutura de frase. Por isso o texto, neste caso, deve ser compreendido de maneira diferenciada. Segundo Guimarães (2011, p. 19) “texto é uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento de enunciação”. Cada designação é um acontecimento de enunciação que integra o espaço urbano, localizada através de um endereço contido no mapa da cidade (texto).

Este mapa não é simplesmente um desenho, um conjunto de linhas, traços. Ele traz estas linhas, traços e ao mesmo tempo nomes. E estes nomes se organizam nele por contiguidade. Cada nome está próximo de outro e todos estão vinculados a uma representação no espaço da cidade. Não há, no mapa considerado, nenhuma articulação como as que conhecemos como predicação, determinação, subordinação, etc. E todos os nomes significam no mapa, os nomes das ruas, avenidas e praças, exatamente por integrarem o mapa, por estarem nesta unidade superior que os reúne de um modo particular (que não é a do todo e suas partes). E no mapa os nomes não são referências às ruas, mas a indicação de que certa rua, localizada num certo ponto da cidade, tem um nome, foi nomeada de certo modo. E é nesta medida que estes nomes podem referir as ruas avenidas e praças (GUIMARÃES, 2011, p. 20).

É através dos nomes das ruas, avenidas e praças que se torna possível localizar os estabelecimentos comerciais, referidos pelo nome, no espaço urbano da cidade. Os nomes de rua são enunciados, assim como os nomes dos estabelecimentos comerciais também são enunciados e pertencem ao espaço urbano da cidade, sendo possível visualizá-los através de um mapa. Com o avanço tecnológico, os mapas da atualidade não se reduzem somente aos impressos em papéis, tornou-se possível encontrá-los na internet, através do *Google maps*, ferramenta que nos possibilita caminhar pelas ruas de qualquer país do mundo, que já esteja mapeado. Através desta ferramenta, os estabelecimentos comerciais são facilmente localizados por meio dos endereços, pois seus nomes encontram-se, geralmente, em tamanhos de fontes ampliadas nas placas e fachadas.

Para que haja uma visualização mais ampla dos estabelecimentos comerciais na cidade de Uruguiana, nosso *corpus* de pesquisa, utilizou-se a ferramenta virtual *Google maps* para localizá-los no mapa da cidade e posteriormente o inserimos de forma impressa.



Através do mapa nota-se que a maioria dos estabelecimentos comerciais localiza-se na área central da cidade, onde há uma maior concentração comercial. Percebe-se que os estabelecimentos El turco e La frontera estão mais próximos da aduana argentina. Somente os estabelecimentos La fronteira e La comparsa localizam-se em bairros mais longínquos do centro, isto se deve as atividades desempenhadas por ambos. A wiskeria La fronteira está próxima a um posto de gasolina, local estratégico para atrair os clientes. Já o grupo de laçadores La comparsa, por trabalhar com animais equinos e ovinos também deve localizar-se mais distante do centro, área mais urbana.

#### 4.3.1 O uso dos artigos determinantes e sua evolução do latim vulgar

Em todas as designações selecionadas para compor o *corpus* de análise os sintagmas nominais estão determinados pelos artigos determinantes da língua espanhola “el” e “la”. Leonetti (1999) define a função do artigo definido ou determinante em língua espanhola

El artículo definido es uno de los elementos que caracterizan al español y a las restantes lenguas románicas frente a su lengua madre, el latín. Las lenguas que poseen artículo lo emplean, al igual que los otros determinantes, para **restringir** y **definir** la referencia de los sintagmas

nominales (en adelante, SSNN), es decir, la relación entre las expresiones nominales y las entidades a las que los hablantes aluden por medio de tales expresiones. Esta es, junto con la posición prenominal característica, la propiedad que permite incluir al artículo en la clase léxica de los determinantes en español. Como otros determinantes, el artículo permite conectar la información léxica contenida en el SN con la información contextual que los hablantes emplean para construir la interpretación de los enunciados. (LEONETTI, 1999, p. 789, GRIFO NOSSO)

A função do artigo determinante é restringir e definir os sintagmas nominais. A criação da classe gramatical artigo nas línguas romances ocorreu a partir de uma mudança linguística. Um pronome demonstrativo sofreu, ao longo do tempo, processos semânticos e fonéticos, que resultou nessa nova categoria funcional. Logo, o artigo<sup>14</sup> passou a ser empregado a partir das línguas romances, no latim não havia artigo. Os artigos determinantes têm a sua origem nos pronomes demonstrativos *ille*, *illa* que significava aquele, aquela.

*Illem hominem* “aquele hombre” – el hombre

*Illam civitatem* “aquella ciudad” – la ciudad

De acordo com Silvio Elia (1974), ocorreu um esvaziamento semântico do sentido demonstrativo de *ille*, passando a um sentido alusivo. Para este autor, o artigo determinado remonta ao pronome demonstrativo *ille*, *illa* do latim vulgar.

*Mihi stolam illam primam* – Minha estola, a primeira.

O que é comprovado pela conservação dessas formas nas línguas neo-românicas: francês – le, la; provençal – lo, la; castelhano – el, lo, la; italiano – Il, lo, la; português arcaico – lo e la. Nesta evolução se reduziu a sua substância fônica, a forma castelhana tornou-se mais breve. O demonstrativo latino era tônico enquanto que o artigo é átomo e apoia-se na palavra seguinte para a sua pronuncia.

“illem ómimem” / “elómbre”

<sup>14</sup> O estudo sobre a origem do artigo está disponível em: <http://blog.lengua-e.com/2008/origen-del-articulo-determinado/> Acesso em: 20/09/2016.

Em *blogs* da internet que tratam sobre a origem do artigo, como o que buscamos e está citado em nota de rodapé, houve uma redução no significado do pronome, o que se conhece por desemantização. Na evolução perde-se o componente primário do significado e fica somente a característica secundária de **definição**. No entanto, para autores como Poggio (2002), o que houve foi uma expansão de sentido e não um esvaziamento semântico. O pronome *ille* passou a abarcar o sentido determinativo, passando a funcionar como artigo.

Nesta passagem de pronome para artigo perdeu-se a liberdade em quanto a sua posição (fixação sintagmática). No latim, o demonstrativo poderia aparecer antes ou depois do nome (*illem hominem – hominem illem*) já o artigo só pode anteceder ao substantivo: el hombre. A presença ou ausência do artigo vem determinada por regras, sendo que na maioria dos casos sofreu um processo de **obrigatoriedade** (*El pan ha vuelto a subir* seria incorreto dizer *Pan ha vuelto a subir*). Vimos que nesse processo o pronome sofreu mudança fonológica e teve seu conteúdo semântico expandido, isso se deu por uma necessidade discursiva.

Refletindo sobre o uso do artigo determinante nas línguas romances, sendo uma das suas principais funções a determinativa, entendemos que quando um nome de estabelecimento comercial é definido, na fronteira, pelo artigo da língua espanhola, a língua do país vizinho, isto só ocorre porque este elemento faz sentido no Espaço de Enunciação Fronteiriço, para os seus falantes, tanto para o comerciante como para os clientes do estabelecimento comercial. “Un sintagma nominal definido es un sintagma unívocamente identificable por los interlocutores del acto lingüístico” (Rigau, 1999, p. 316). Dessa forma, o uso do artigo define a língua espanhola como uma língua de circulação no comércio fronteiriço.

#### 4.3.2 O funcionamento semântico-enunciativo das designações

É importante levar em conta que a cena enunciativa da nomeação dos estabelecimentos comerciais se dá no Espaço de Enunciação Fronteiriço. Um aspecto importante desse funcionamento é como a enunciação que nomeia um estabelecimento comercial relaciona-se com outras enunciações: as que nomeiam pessoas, ramos comerciais e o espaço territorial. A enunciação dos nomes de

estabelecimentos comerciais pode ser, como geralmente é, uma enunciação a partir de outra enunciação.

Guimarães (2003) afirma

A análise da forma do nome próprio numa enunciação específica é para mim uma retomada de outra enunciação, a da nomeação de algo por este nome. Em outras palavras, é sempre uma análise daquilo que a temporalidade do acontecimento que se analisa recorta como passado (rememorado) que significa com o presente e o futuro deste mesmo acontecimento. (GUIMARÃES, 2003, p. 26)

Se considerarmos o funcionamento das designações, que compõe o nosso *corpus*, vemos que elas se enunciam num espaço de línguas e de falantes denominado de Espaço de Enunciação Fronteiriço (Sturza, 2006). Este Espaço de Enunciação em que o acontecimento de enunciação se dá é um espaço de línguas na fronteira.

De acordo com Guimarães (2003) os modos como os nomes são enunciados faz parte do que faz o nome significar, designar.

A forma gráfica, assim como todos estes modos de determinação, é parte do que faz o nome significar, designar. E isto tem a ver com o modo como estes nomes são enunciados de um texto comercial que contém as enunciações que os constitui. Neste sentido poderíamos dizer que se trata de um texto que é decisivamente um embate de seduções constituído pelo modo condensado de determinações que se integram nestes enunciados e assim neste texto. Embate de seduções instalado para todo o depois (futuro) da enunciação destas marcas como nomes nas fachadas das lojas. Um futuro de tal modo projetado que se apresenta sempre como o presente do acontecimento que pôs o nome nas fachadas das lojas. (GUIMARÃES, 2003, p. 29)

Na fronteira, que delimitamos trabalhar, o português e o espanhol estão em uma constante relação de convivência e conflito, o político está presente nas práticas linguísticas fronteiriças. As línguas enunciadas nas designações significam a divisão política do locutor ao projetar uma imagem de seu potencial interlocutor-consumidor. Estes nomes estão nas lojas correspondentes para identificá-las: para levar alguém a nelas entrar. Assim, os nomes de estabelecimentos comerciais são modos de identificação de "lugares" comerciais. A configuração das cidades contemporâneas são espaços configurados como lugares de consumidores. Isto significa que, para estes nomes, o lugar social do destinatário é o de consumidor,

destinatário-consumidor tomado num Espaço de Enunciação Fronteiriço, e isto predica este destinatário (Guimarães, 2003). Logo, as línguas enunciadas nas designações, portuguesa e espanhola, significam a divisão política do locutor ao projetar uma imagem de seu interlocutor-consumidor.

Potencial consumidor dos produtos e serviços ofertados, o sujeito fronteiriço na figura do interlocutor-consumidor é projetado no acontecimento enunciativo como socialmente constituído pela língua portuguesa e também pela espanhola, enquanto habitante de um espaço de intercompreensão linguística, politicamente divididos por essas práticas de linguagem. (MOTA, 2010, p. 83)

Embora os estabelecimentos comerciais estejam dentro do território brasileiro as designações estão em língua espanhola. Logo, a tentativa do Estado brasileiro de impor a língua portuguesa como língua nacional e única do território, não reproduz a realidade das relações linguísticas fronteiriças. A língua que funciona no comércio fronteiriço não é a mesma língua nacional e oficial do Estado. Há uma disparidade entre a língua que se fala no comércio fronteiriço e a língua do Estado-Nação. Logo, o Espaço de Enunciação da língua portuguesa no Brasil é não um espaço monolíngue, sendo o espanhol uma língua enunciada.

Conforme Guimarães (2003) não se pode esquecer que ser tomado como consumidor na enunciação destes nomes é mais uma identificação social que afeta as pessoas que vivem na cidade em um mundo contemporâneo. Estes enunciados são próprios do mundo da escrita. “Não se trata do aspecto empírico de que um texto escrito pode ser lido depois (até porque hoje um texto falado também pode desde que gravado). Trata-se de um futuro constituído por uma materialidade própria do escrito, do gráfico, que estabiliza uma temporalidade significativa específica” (Guimarães, 2003, p. 30). As designações quando marcadas pela presença do espanhol e do cruzamento das línguas (português e espanhol) dão um status de perenidade as práticas linguísticas desenvolvidas no comércio fronteiriço.

Ao tomarmos essa distribuição linguística, podemos considerá-la inserida no quadro enunciativo do território fronteiriço, enquanto espaço único, constitutiva de seu espaço de enunciação em que a língua portuguesa e espanhola relacionam-se com considerável intensidade, embora predomine a primeira. (MOTA, 2010, p. 81).

Considerando que “é preciso analisar o processo enunciativo que provocou a enunciação e também a sua relação com o contexto histórico” (Sipavicius, 2010, p.599), se realizará uma análise semântico-enunciativa individualizada de cada uma das dez designações que formam o *corpus* da pesquisa. O arquivo constitui-se de fotografias tiradas de placas e/ou fachadas de cada estabelecimento comercial. Há um quadro síntese de cada perfil social dos estabelecimentos, estes foram elaborados a partir das entrevistas realizadas, em agosto de 2016, com cada comerciante.

### Designação 01: EL TURCO



**Ramo comercial:** supermercados

**Localização:** Rua 7 de setembro, nº 1067 e Rua Duque de Caxias – 2ª quadra da “baixada” (Camelódromo).

**Nome do comerciante entrevistado:** Ismael Ali Baklizi (proprietário)

**Idade:** 50 anos

**Cidade de origem:** Brasília

**Grau de escolaridade:** Ensino Médio Completo

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** Quando a família chegou a Uruguaiana, como são de origem palestina, o pai do entrevistado, que começou o negócio, ficou conhecido como turco. Quando estava pensando em que nome colocaria no supermercado foi orientado por um argentino a nomeá-lo de “el turco” ou de “turquito”. Segundo este argentino, o proprietário não poderia colocar somente “turco”, pois ficaria um nome incompleto. Nesta época, para os argentinos que frequentavam o estabelecimento o supermercado era “del turco”.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, principalmente da fronteira oeste, argentinos e uruguaios.

Quando chegou a Uruguaiana, o proprietário do estabelecimento comercial ficou conhecido como turco, um adjetivo pátrio. Mesmo ele sendo de origem palestina, os árabes, de um modo geral, no estado do Rio Grande do Sul, ficaram conhecidos como turcos. Isto se deve ao fato de que os passaportes, na época, eram emitidos somente na Turquia. Assim, todos acabavam classificados como turcos, mesmo alguns sendo libaneses, palestinos, entre outros.

Há um número expressivo de comerciantes árabes em Uruguaiana, sendo a família Baklizi uma das que prosperou na cidade. Atualmente, há um número expressivo de supermercados na cidade com a designação Baklizi, no entanto o primeiro supermercado denominou-se El Turco. Há dois supermercados em que ainda se encontra essa primeira designação, o primeiro, com fachada azul, que fica próximo da aduana argentina e o outro, de fachada verde, localizado na “baixada”, camelódromo da cidade que visa vender, principalmente, para os argentinos. O interessante é que tanto no primeiro estabelecimento, como no que se localiza na “baixada” se fez questão de continuar denominando-os de El turco, não substituindo esse primeiro nome por Baklizi, como ocorreu em outros locais da cidade. Isto se deve ao fato desses dois supermercados serem, provavelmente, mais frequentados por argentinos, devido à sua maior proximidade com a aduana. Provavelmente, o artigo em castelhano juntamente com o sintagma nominal (El turco) faz mais sentido para os potenciais enunciatários (clientes argentinos) do que Baklizi.

A história do nome El turco já remete a influência argentina. Para este argentino, que sugeriu o nome do estabelecimento ao proprietário, não faria sentido nomeá-lo simplesmente de turco, teria que ser El turco ou Turquito. Isto se deve ao fato de o artigo “el” e o sufixo “ito” fazem sentido para este locutor. O artigo determina que não se trata de qualquer turco, mas daquele que é conhecido pelos argentinos. Neste caso, o político funciona no Espaço de Enunciação Fronteiriço, na cena do comércio, pela afirmação do *pertencimento*. A determinação do nome do estabelecimento, juntamente com o artigo em espanhol, expressou no acontecimento que este turco pertence aos *castelhanos*<sup>15</sup>, à fronteira, a este espaço de falantes que se dividem entre a língua portuguesa e espanhola, ao Espaço de Enunciação Fronteiriço. O funcionamento se dá como se Turco pudesse ser qualquer outro, porém El turco é o “nosso” turco, aquele que pertence a um Espaço de Enunciação diferenciado, o da fronteira.

No entanto, sabemos que o acontecimento em língua espanhola não surge por um ato individual do sujeito, mas por estar relacionado às questões histórico-sociais da fronteira. O que Guimarães (2005) chama de *memorável*, o histórico no acontecimento é retomado, *resignificado*. Há algo na enunciação que já foi dito e que constitui o dizer, sendo repetido, mesmo que resignificado pelo presente da enunciação. Há uma enunciação a partir de outra enunciação. Na designação El turco a nomeação que designa o estabelecimento comercial toma e inclui a enunciação que nomeou o dono do estabelecimento. O acontecimento se resignifica pelo presente da enunciação.

## **Designação 02: EL ICO**

---

<sup>15</sup> CASTELHANO, s. O natural do Uruguai ou Argentina. Disponível em: <http://www.compadreosvaldinho.com.br/2013/06/27/cli-que-aqui-e-veja-um-completo-dicionario-ga-cho/> Acesso em: 14/01/2017.



**Ramo comercial:** Loja de Bijouterias e Bazar

**Localização:** Avenida Getúlio Vargas, nº 2881.

**Nome do comerciante entrevistado:** Eder Farias (proprietário e sobrinho do El Ico)

**Idade:** 31 anos

**Cidade de origem:** Uruguaiana

**Grau de escolaridade:** Ensino Médio Completo

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** O nome remete ao apelido do primeiro proprietário do estabelecimento. O apelido “ico” deve-se a sua baixa estatura, o sufixo ico em espanhol é um diminutivo. Ele é natural da cidade de Rivera (Uruguai), vindo para Uruguaiana na década de 70. Assim, uso do artigo “el” deve-se a sua nacionalidade uruguaia. Os cactos na logomarca vieram do fato de que quando chegou a Uruguaiana ganhou uma camiseta da Copa do Mundo de 70, que foi no México, nesta apareciam muitos cactos. Logo, ficou conhecido por usar esta camiseta. Isto o inspirou a compor a sua marca. Hoje, as lojas são gerenciadas pela família, todos se consideram *doble chapas* (brasileiros/uruguaianos).

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, principalmente de Uruguaiana, argentinos e uruguaianos.

Ico é um afixo diminutivo da língua espanhola, dando a ideia de algo pequeno ou de pouca importância, assim como pode ser uma expressão de carinho ou afeto. No caso da designação El Ico este é o apelido do primeiro proprietário do estabelecimento comercial. A primeira designação ocorreu por causa de um atributo físico, pois o proprietário é de estatura baixa, exatamente o que o afixo representa

para a língua espanhola, ideia de algo pequeno. Tanto o uso do artigo “el” como do diminutivo “ico” remetem a sua origem uruguaia. Assim como o El turco, El ico também representa um atributo, além de físico, pátrio. Pela designação, mesmo sem conhecê-lo é possível imaginá-lo como uma pessoa de origem *castelhana* e de baixa estatura. Porém, não se saberia dizer o seu país de origem. O artigo “el” é posto para determinar quem é esse “ico”, o político funciona como afirmação *pertencimento* ao Espaço de Enunciação Fronteiriço. O artigo “el” marca este lugar, a fronteira que é brasileira, mas que também é *castelhana*, fronteira social onde há um “ir e vir” de sujeitos e línguas.

Como o proprietário é uruguaio, natural de Rivera, este migrou para outra fronteira, muito provavelmente, por sentir que pertencia a esse lugar. Uruguaiana está ao lado do município da Barra do Quaraí, que faz divisa com a cidade uruguaia de Bella Unión e com a argentina de Monte Caseros, esse fato faz com que um número considerável de uriguaios fixem residência e circulem em Uruguaiana. Talvez a proximidade de Uruguaiana e Bella Unión, no Uruguai, tenha contribuído para a vinda do comerciante para região da fronteira oeste.

Quando chegou à cidade, nos anos 70, El ico usava uma camiseta da copa do mundo de futebol, que foi no México, por isso os cactos. Logo, relacionou-se a sua pessoa a imagem dos cactos. Os cactos remetiam diretamente a ele. A designação do estabelecimento comercial surge dessa resignificação, há uma enunciação a partir de outra enunciação. O *memorável* é retomado, resignificado na designação do estabelecimento comercial. Há uma fusão do enunciado com a imagem dos cactos, esses dois elementos integram uma única enunciação. O presente do acontecimento remete diretamente ao *memorável*, o já dito, a enunciação que designou o dono do estabelecimento.

### **Designação 03 - LA FRONTERA**



**Ramo comercial:** Confecção e Moda Jovem Gaúcha

**Localização:** Rua Duque de Caxias, nº: 1541 (Loja) e Rua Duque de Caxias, nº 2183 (Confecção)

**Nome do comerciante entrevistado:** Luíz Machado (proprietário)

**Idade:** 31 anos

**Cidade de origem:** Uruguaiana

**Grau de escolaridade:** Superior incompleto

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** O nome foi inspirado no espaço geográfico, na tríplice fronteira (Brasil/Argentina/Uruguai). O comerciante escolheu o termo “frontera” ao invés de fronteira, por possuir uma sonoridade mais forte, mais *castelhana*. O artigo determinante “la” amplia a fronteira para fora do território brasileiro, englobando a Argentina e o Uruguai. O uso do artigo “a” do português pareceu-lhe muito regional. A moda gaúcha também possui uma relação estreita com *los gauchos* do outro lado da fronteira, argentinos e uruguaios, esse fato também contribuiu para a escolha do nome.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguaiana, dos Estados do RS, SC e PR. Os argentinos e uruguaios também compram no estabelecimento.

A fronteira é um elemento forte de identificação dos sujeitos fronteiriços. A designação do estabelecimento comercial toma e inclui a enunciação que nomeou o espaço territorial.

Considerar o território fronteiriço e as diferentes maneiras de representação da relação política sujeito-língua, leva-nos a compreendê-lo como espaço fragmentado, pois, ao mesmo tempo em que conforma uma fronteira social, uma zona dinâmica compartilhada socialmente, está marcado por sua dimensão política-estatal, simbolizada pela linha divisória imaginária. (MOTA, 2010, p. 81)

Quando o comerciante foi questionado sobre os motivos que o levaram a escolher “frontera” em espanhol ao invés de fronteira em português, este respondeu que “fronteira” acabaria restringindo-se somente aos gaúchos que vivem no estado do Rio Grande do Sul, já “frontera” abrangeria também os que vivem nos países vizinhos, Argentina e Uruguai. Como o estabelecimento dedica-se a moda gaúcha, a própria cultura é comum aos gaúchos brasileiros, argentinos e uruguaios. Quando também questionado sobre o porquê de usar o artigo espanhol “la” o comerciante respondeu que foi para *ampliar, englobar* os países vizinhos. Neste caso, o funcionamento do artigo não é o de restringir, seu uso na gramática normativa, na enunciação este serve para *englobar/ampliar* o sentido. O político funciona pela afirmação do *pertencimento* daqueles que têm uma cultura em comum, que une os três países, a cultura gaúcha. Pelo funcionamento semântico-enunciativo, vemos que a fronteira é única e abrange os três países, assim como o gaúcho que habita esta fronteira é uno. Essa fronteira única e imaginária constitui-se no presente do acontecimento. Na enunciação dos gaúchos da fronteira, o Espaço de Enunciação Fronteiriço se encontra dividido por duas línguas, o português e o espanhol, que estão em constante conflito. Nesta designação, os aspectos histórico-sociais da fronteira, *o memorável* do gaúcho fronteiriço materializa-se no presente do acontecimento.

#### **Designação 04 – LA COMPARSA**



**Ramo comercial:** Parceria de Laçadores

**Localização:** Avenida Silveira Martins, nº 740

**Nome do comerciante entrevistado:** Paulo Fioravante

**Idade:** 42 anos

**Cidade de origem:** Uruguaiana

**Grau de escolaridade:** Fundamental incompleto

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** A escolha do nome deve-se a máquina de esquila que se denomina comparsa. O nome refere-se a uma das atividades que são realizadas no local que é a tosquia das ovelhas. Também há hotel para cavalo, escolinha de laço e pista de rodeio. O uso do artigo “la” deve-se a ligação com o Uruguai e a Argentina, no sentido de englobar os dois países, que, assim como o RS, também tem uma forte cultura gaúcha.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguaiana, argentinos e uruguaios da cidade de Artigas.

De acordo com o dono do estabelecimento, que trabalha na lida campeira, a escolha do nome deve-se a máquina de esquila que os campeiros utilizam para tosquiar as ovelhas. No dicionário de uruguaiães<sup>16</sup> o vocábulo comparsa aparece descrito da seguinte forma:

<sup>16</sup> Disponível em:

[http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd\\_canal=50501&cd\\_secao=51289&cd\\_materia=281220](http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=50501&cd_secao=51289&cd_materia=281220) Acesso em: 27/09/2016.

*Comparsa; grupo de esquiladores, ou tosquiadores; se usa no feminino: a comparsa; vem do castelhano<sup>17</sup>; antigamente, assim se chamavam os blocos de carnaval.*

O vocábulo comparsa também foi empregado na canção denominada *Esquilador*, defendida pelo cantor nativista Telmo de Lima Freitas, na 9ª Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, vencendo o festival. Esta canção tornou-se conhecida pelos apreciadores da música gaúcha. Em *Verbetes de galpão*<sup>18</sup> também há o significado do termo comparsa, conforme o descrito na canção de Telmo de Lima Freitas.

**Comparsa** – s.f. 1. Grupo ou conjunto de esquiladores que em tempo de esquila vão trabalhando pelas estâncias. Também se diz comparsa de esquiladores. 2. A inteira atividade da esquila.

Conforme os significados dados à palavra comparsa, tanto pelo dicionário de Uruguaianês como pela análise do vocábulo contido na música *Esquilador*, esta pode significar ora o grupo de esquiladores, que trabalham na tosquia das ovelhas, ora o instrumento elétrico utilizado para tirar a lã. Antigamente, se tosava “a martelo”, com a tesoura. Atualmente, também se utiliza a comparsa elétrica.



Tosa a martelo



Esquila mecânica

<sup>17</sup> Grifo nosso

<sup>18</sup> Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/rs/rbstvrs/galpaocrioulo/noticia/2013/07/verbetes-de-galpao-veja-palavras-descascarrear-comparsa-e-inhapa.html> Acesso em: 27/09/2016.

De acordo com o dicionário de Uruguaianês o termo *comparsa* veio diretamente do castelhano. Este fato demonstra a presença da língua espanhola nesse espaço circular e nesse espaço de habitar, que Sturza (2006) chamou de Espaço de Enunciação Fronteiriço. Para esta autora, este espaço é político, onde entram em contato/conflito as línguas nacionais de Estados diferentes (o português e o espanhol) juntamente com as línguas de fronteira. Novamente, o uso do artigo “la” reafirma o *pertencimento* a uma cultura que é sua, a cultura gaúcha, mas que também é a do Outro. O político é demonstrado a partir do reconhecimento do pertencer a essa cultura, que une os três países (Brasil-Uruguai-Argentina) e que as barreiras políticas e jurídicas impostas pelos Estados não separaram. O movimento de “ir contra” a essa política nacionalista e monolíngue do Estado marca-se através da presença da língua espanhola. É no acontecimento de linguagem, na enunciação, que o político se instala. É nele que se explicita essa noção de conflito e pertencimento. No Espaço de Enunciação Fronteiriço, a língua castelhana afirma o seu *pertencimento*.

A enunciação que nomeou o estabelecimento está relacionada a outras enunciações que nomearam o utensílio utilizado na tarefa, assim como, o grupo de campeiros que a executa. Essa enunciação é a mesma para os três países (Sul do Brasil, Argentina e Uruguai). Segundo Machado (2015) o *memorável* é recortado pelo acontecimento da enunciação, havendo uma rememoração de enunciações. O histórico no acontecimento enunciativo é retomado, resignificado. É o acontecimento que temporaliza, é ele que determina o que é retomado do passado, o que é presente e define o futuro. Há o *memorável* do gaúcho fronteiriço em funcionamento no presente do acontecimento de enunciação.

## **Designação 05 - LA COMERCIAL**



**Ramo comercial:** Ferragem

**Localização:** Domingos de Almeida, nº 2252

**Nome do comerciante entrevistado:** Maria Teresa Gonçalves (proprietário)

**Idade:** 49 anos

**Cidade de origem:** Uruguaiana

**Grau de escolaridade:** Superior completo

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** Antes de abrir o estabelecimento, a comerciante, comprou um baú antigo que estava chaveado. Quando abriu o baú havia um jornal que datava de 1908 de uma ferragem que se chamava “La comercial”. Este jornal era uruguaio. Deste fato, veio a inspiração para o nome do estabelecimento. A proprietária é neta de uruguaios.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguaiana, argentinos e uruguaios.

De acordo com Sipavicios (2010) o dito e o vivido criam sentidos novos que se tornam parte do significado atribuído aos nomes de lugares. O “*já dito*” (*memorável*) se resignificou no presente do acontecimento. A designação que estava no jornal uruguaio de 1908 foi rememorada pela enunciação. O Espaço de Enunciação Fronteiriço é reafirmado pelo acontecimento, através da afirmação de pertencimento da língua espanhola. Se a designação La comercial significou no Uruguai também significa em Uruguaiana. Este fato marca não só a presença e a circulação da língua espanhola na fronteira, mas também o quanto esta significa para os falantes fronteiriços. O político instala-se através da afirmação do *pertencimento* a esta cultura, luso-brasileira e *castelhana*.

**Designação 06 - LA COLONIAL**



**Ramo comercial:** Padaria e Confeitaria

**Localização:** Rua 15 de novembro, nº 2335

**Nome do comerciante entrevistado:** Maria Teresa Gonçalves

**Idade:** 49 anos

**Cidade de origem:** Uruguaiana

**Grau de escolaridade:** Superior completo

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** Houve uma loja em Uruguaiana que se chamava "A colonial". Como a proprietária queria passar a ideia de algo mais antigo, pediu licença aos herdeiros para usar o mesmo nome, porém trocou o artigo do português para o do espanhol. A proprietária é a mesma da "La comercial", por isso trocou o artigo do português para o do espanhol, pois este já acompanhava o nome do seu primeiro estabelecimento. Em uma viagem que fez a Montevideu encontrou uma loja com o mesmo nome e com o mesmo estilo.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguaiana, argentinos e uruguaios.

Na designação La colonial, a presença do artigo em espanhol no acontecimento marca o *pertencimento* ao Espaço de Enunciação Fronteiriço. Poderia ter sido A colonial, como a loja que já havia existido em Uruguaiana, porém a presença do "la" significa tanto para a comerciante como para os seus potenciais enunciatários. Se o artigo em espanhol já havia funcionado (significado) em La comercial continuaria significando em La colonial. O político está evidenciado no

acontecimento pela afirmação do *pertencimento* da língua espanhola. Houve uma resignificação da primeira enunciação A colonial com o artigo “la”. A enunciação foi lembrada com o mesmo sentido de “algo antigo”, “da terra” que significa o lugar, o estabelecimento comercial. No entanto, o acontecimento evidenciou que a língua espanhola além de circular na fronteira significa para os seus falantes.

Através da entrevista com a comerciante, foi possível verificar que alguns nomes de estabelecimentos que se encontram na fronteira, também nomeiam estabelecimentos nos países vizinhos. A comerciante encontrou uma loja com o mesmo nome e com o mesmo estilo que a sua na capital uruguaia. Assim, através desse relato, percebe-se uma afirmação do funcionamento da língua espanhola no espaço de enunciação da língua portuguesa. Há um espaço diferenciado de línguas na fronteira, o Espaço de Enunciação Fronteiriço.

### **Designação 07 – LA PELUQUERÍA SALONE**



**Ramo comercial:** Salão de beleza

**Localização:** Rua Santana, nº 2072

**Nome do comerciante entrevistado:** Kellen Vieira

**Idade:** 27 anos

**Cidade de origem:** Porto Alegre

**Grau de escolaridade:** Ensino Médio

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** Escolheu o nome devido as suas frequentes viagens a Buenos Aires, gostava do nome. Decidiu complementar

com “salone” em italiano.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguaiana, argentinos e uma cliente uruguaia.

Peluquería<sup>19</sup> é o estabelecimento onde trabalha o peluquero, ra. Peluquero, ra é a pessoa que tem por ofício pentear, cortar o cabelo ou fazer e vender perucas, etc. Na designação La peluquería salone houve uma rememoração, resignificação da enunciação que nomeia o estabelecimento onde se trabalha com os cabelos em língua espanhola. A proximidade geográfica da fronteira com os países vizinhos proporciona que algumas pessoas, que residem na cidade, visitem com maior frequência os países vizinhos. Esse foi o caso da cabelereira e proprietária do salão de beleza, que visitava a capital argentina com certa frequência e encontrou a inspiração para o nome do seu futuro estabelecimento. Porém, o *memorável* não é a recordação da proprietária em si, conforme afirma Guimarães (2005, p. 12) “um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores”. O presente e o futuro do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. É o *já-dito* que influencia no dizer.

A designação La peluquería em língua espanhola evidencia o Espaço de Enunciação Fronteiriço e o político marca-se pela afirmação do *pertencimento*. Percebe-se que a capital portenha continua sendo uma cidade referência para os habitantes da fronteira. A designação que nomeia o estabelecimento em língua espanhola significa tanto para a proprietária como para os seus potenciais enunciatários, clientes do salão. Outro fato que chama a atenção nesta designação é que juntamente com La peluquería vem o termo adicional salone, palavra que está em italiano. A entrada da língua italiana no Espaço de Enunciação Fronteiriço deve-se ao mundo globalizado e a memória das línguas, que circularam constantemente por causa da imigração. Desde o início do século XX, em Uruguaiana, outras línguas também circularam no Espaço de Enunciação Fronteiriço, porém o predomínio ainda é o da língua portuguesa (língua nacional) e da espanhola (língua próxima).

<sup>19</sup> A definição dos termos La peluquería e peluquero (a) foi retirado do Diccionario de la Real Academia Española (DRAE). Disponível em: [www.rae.es](http://www.rae.es) Acesso em: 28/05/2016.

## Designação 08 – LA CARMENCITA



**Ramo comercial:** Restaurante

**Localização:** Santana, nº 2977

**Nome do comerciante entrevistado:** Nelson Tellechea Clausell Júnior

**Idade:** 63 anos

**Cidade de origem:** Uruguiana

**Grau de escolaridade:** Superior completo

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** O nome é uma homenagem do proprietário à sua mãe que tinha o apelido de Carmencita. O seu sobrenome materno é de origem basca (Espanha), de onde vieram os seus antepassados para a América. Posteriormente, os seus pais e avós imigraram da Argentina para Uruguiana, por isso o apelido de sua mãe era Carmencita. Quando viva elaborava recepções, por isso a homenagem.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguiana e Fronteira oeste, argentinos e uruguaios (menos que argentinos).

Na designação La carmencita, assim como nas outras designações analisadas, a enunciação que nomeia o estabelecimento comercial se relaciona com outras enunciações. O nome do estabelecimento em uma enunciação anterior foi o nome da mãe do proprietário do estabelecimento. Com a intenção de fazer uma homenagem a sua mãe, nomeou o nome do estabelecimento da mesma maneira.

Logo, La carmencita passa a ser algo *memorável*. Houve um processo de resignificação em relação à primeira enunciação, pois toda a enunciação é única e irrepetível. O que ocorre, segundo Guimarães (2005, p. 12) é uma rememoração de enunciações que se dá como parte de uma nova temporalização. Para o autor, o acontecimento é sempre esta nova temporalização.

O fato de homenagear algo ou alguém através de nomes de lugares é algo recorrente, principalmente tratando-se de nomes próprios e de nomes de ruas. Segundo Sipavicius (2010, p. 598) “quando Guimarães explica que, quando um fato histórico é selecionado como um nome de lugar se torna algo *memorável*”. Há inúmeros nomes de ruas no Brasil que se chamam: *7 de setembro, 15 de novembro, D. Pedro I, Presidente Vargas*, entre outras. Há um *memorável* brasileiro funcionando nas designações. Já na designação La carmencita identifica-se um *memorável castelhano* em funcionamento.

O nome próprio Carmem é comum tanto na língua portuguesa como na língua espanhola. No entanto, com a colocação do artigo determinante “la” e do sufixo diminutivo “ita” expressa o funcionamento de um *memorável castelhano* no acontecimento de enunciação. Através deste funcionamento enunciativo é possível identificar a designação La carmencita como parte do Espaço de Enunciação de Fronteiriço, espaço este dividido pela língua portuguesa e espanhola. Há uma afirmação de *pertencimento* na designação, o de pertencer à Argentina, “o de ser *castelhana*”. Segundo o entrevistado, os seus antepassados vieram do País Vasco para a América. Imigraram, primeiramente, para a Argentina e, posteriormente, para o Brasil.

### **Designação 09 - LA FIAMBRERÍA**



**Ramo comercial:** Comércio de frios e embalagens

**Localização:** Rua General Vitorino, nº 2748

**Nome do comerciante entrevistado:** Simão Almeida

**Idade:** 31 anos

**Cidade de origem:** Uruguaiana

**Grau de escolaridade:** Ensino Médio

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** O nome deve-se a influência da Argentina nos produtos que são vendidos no estabelecimento. São produtos conhecidos na Argentina e bem característicos. Segundo o proprietário, fiambre é argentino e frio é brasileiro. Inclusive os clientes ligam para o estabelecimento para saber se os produtos são oriundos de Paso de los Libres. Quando questionado sobre o uso do artigo “la” respondeu que se deve à Argentina.

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguaiana, argentinos (estão vindo mais devido ao cambio favorável) e uruguaios (com menos frequência).

Fiambrería<sup>20</sup>, em espanhol, é uma loja onde se vendem ou preparam fiambres. Fiambre é derivado de frio – dito da carne que, depois de assada, cozida e curada, se come fria e pode conservar-se durante bastante tempo. O estabelecimento comercial nomeado realmente trabalha com a venda de frios e embalagens. Assim, na designação La fiambrería há uma rememoração de uma enunciação que nomeia um ramo alimentício em língua espanhola. Há um

<sup>20</sup> As definições dos termos foram retirados do Diccionario de la Real Academia Española (DRAE). Disponível em: [www.rae.es](http://www.rae.es) Acesso em: 28/05/2016.

*memorável castelhano* em funcionamento que remete diretamente ao país vizinho, à Argentina. De acordo com o entrevistado, os fiambres argentinos são um dos alimentos-alvo dos consumidores brasileiros. A designação La fiambrería, em castelhano, sugere aos consumidores brasileiros, potenciais enunciatários, que os fiambres vendidos no local não são brasileiros, porém argentinos. Logo, exalta-se o produto argentino em detrimento do brasileiro, ou seja, o fiambre de “Libres” é melhor do que o de Uruguaiana. Tanto que, segundo o próprio comerciante, muitos consumidores ligam para o estabelecimento perguntando se os produtos são de Paso de los Libres.

Outros produtos argentinos, além dos fiambres, também atraem os consumidores brasileiros. Os *alfajores*, óleos, balas, farinha, bolachas, chás e tantos outros, além do vestuário, conquistaram os brasileiros e os impulsionam a ir até o país vizinho, isso propicia o que Sturza (2011) denomina de “*ir e vir*” da fronteira. Na segunda estrofe da canção *Feito o carreto*, do cantor nativista Pirisca Greco, narra-se exatamente essa travessia dos uruguaianenses até Paso de los Libres em busca dos produtos argentinos.

*Meu compadre volta que a Santana velha ainda te  
espera  
Meu compadre estive em Passo de Los Libres  
"chimbeando" um pouco  
E me fiz de louco pra juntar uns trocos e passar na  
aduana  
Mortadela, queijo, azeite, papa doce e uns sacos de  
farinha*

Na designação La fiambrería há esse *memorável* comercial fronteiriço em funcionamento. É o *memorável* do *chibo*<sup>21</sup>, do contrabando da fronteira, do trazer os produtos oriundos da Argentina para o Brasil. O político funciona com a afirmação do *pertencimento* da língua espanhola ao Espaço de Enunciação Fronteiriço. O artigo determinante “la” que acompanha o nome, assim como o próprio nome em espanhol afirmam este pertencimento.

<sup>21</sup> **Chibo**; cabrito, em castelhano; designa em Uruguaiana, também, contrabando de coisa miúda; “- Fulano trouxe um chibo de Libres”; vem direto do castelhano. Verbetes retirados do dicionário de Uruguaianês. Disponível em: [http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd\\_canal=50501&cd\\_secao=51289&cd\\_materia=281220](http://www.unimed.coop.br/pct/index.jsp?cd_canal=50501&cd_secao=51289&cd_materia=281220) Acesso em: 04/10/2016.

## Designação 10 - LA FRONTEIRA



**Ramo comercial:** Whiskeria

**Localização:** Rua Setembrino de Carvalho, nº 1144

**Nome do comerciante entrevistado:** Eliane Catarina Moreira

**Idade:** 39 anos

**Cidade de origem:** Uruguiana

**Grau de escolaridade:** Ensino Fundamental Incompleto

**Os motivos que o (a) levaram a escolha do nome:** O nome deve-se as mulheres que trabalham no estabelecimento que são na sua maioria fronteiriças, das cidades de Uruguiana, Itaqui, São Borja, Alegrete. Já vieram mulheres de Paso de los Libres (Argentina) e Chuy (Uruguai), também do estado do Paraná (Brasil).

**Qual a nacionalidade dos clientes que compram no estabelecimento:** São brasileiros, de Uruguiana, argentinos, uruguaios, chilenos e bolivianos (maioria caminhoneiros).

De acordo com Sturza (2008, p. 2538) “na fronteira os sentidos das línguas não são necessariamente o sentido da língua nacional”. No Espaço de Enunciação Fronteiriço, segundo esta autora, é possível que a “divisão do falante” (Guimarães, 2002) seja mais evidenciada, pois a fronteira já reporta a uma divisão, que é política. Ao enunciar, no Espaço de Enunciação Fronteiriço, o falante já se significa dividido pelas línguas portuguesa e espanhola.

Na designação La frontera percebe-se, claramente, esta divisão a que se refere Sturza (2008). A fronteira linguística configura-se na sua materialidade e a sua forma é um indicador. A língua espanhola está determinando, através do artigo, o sintagma nominal que está em língua portuguesa. Na fronteira linguística o espanhol entra no português ou vice-versa, há um cruzamento das línguas no plano do dizer, que causa um efeito de sentido. Moita Lopes (2013) chama esse fenômeno linguístico de transidiomático. Para este autor, os falantes fronteiriços utilizam o português e o espanhol “transidiomaticamente nas práticas linguísticas como um recurso comunicativo” (Moita Lopes, 2013, p. 103). De acordo com a entrevistada a escolha do nome La frontera deve-se ao fato de que as mulheres que trabalham no estabelecimento são na sua maioria fronteiriças, são brasileiras, argentinas e uruguaias, logo o nome do estabelecimento expressa essa transnacionalidade.

Percebe-se que em La frontera “há um espaço de cruzamento de línguas que diz na língua o próprio modo de vida da fronteira, que se reproduz na materialidade linguística, significando todos os tipos de relações que dinamizam a fronteira e as línguas” (Sturza, 2008, p. 2541). Em La frontera o acontecimento significa o que é a fronteira, um espaço habitado por falantes brasileiros, argentinos e uruguaios, estes se encontram divididos por suas respectivas línguas nacionais. O artigo “la” está posto para marcar, determinar esta divisão das línguas que é política. Para Sturza (2008, p. 2542) na enunciação, as línguas “disputam espaços, significando o próprio processo de contato das línguas, até mesmo pela indefinição de qual língua domina a outra. É essa disputa que dá sentidos para o Espaço de Enunciação Fronteiriço na língua”.

O efeito de sentido constitui-se no interior de um embate, que é determinado pelo lugar político que as línguas tomam ao se confrontarem, se mesclarem. O político em La frontera está explicitado na sua materialidade linguística, há um conflito marcado pela divisão da língua, em que cada qual afirma o seu pertencimento no Espaço de Enunciação Fronteiriço.

Ao analisar os perfis sociais de maneira mais ampla, verifica-se que nas dez designações, que compõe o *corpus*, a nacionalidade dos consumidores, que frequentam os estabelecimentos, em 100% das respostas é brasileira, argentina e uruguiaia, ainda que em menor número. Isto significa que a língua espanhola é uma

língua de circulação no comércio uruguaianense e que esta significa tanto para os comerciantes como para os seus potenciais consumidores.

Os sujeitos comerciantes entrevistados têm idades e níveis de escolaridade variados, que vão desde o ensino fundamental incompleto até o superior completo. A grande maioria é natural da cidade de Uruguaiana e alguns possuem descendência direta argentina e uruguaia. Através deste levantamento de dados, constatou-se que os sujeitos fronteiriços mesmo possuindo alguns fatores diferenciados como, naturalidade, escolaridade e faixa etária, os sentidos políticos que as línguas produzem são os mesmos. Isto se deve às relações entre o sujeito e o seu espaço social. As línguas neste espaço social da fronteira ao serem enunciadas explicitam a identidade dos seus sujeitos falantes e mostram que estão condicionadas ao que foi constituindo-se historicamente na sociedade. É essa historicidade, o *memorável*, que não é a lembrança ou recordação pessoal do sujeito, que materializa no acontecimento a identidade fronteiriça.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na fronteira de Uruguiana há um contato inevitável entre três países, Brasil, Argentina e Uruguai. Esse contato pode ocorrer nos casamentos e amizades binacionais, no trabalho, nos estudos, entre outros tantos fatores. Mas um aspecto que se sobressai entre estes é o comércio. As trocas comerciais entre luso-brasileiros e *castelhanos* rio-platenses já são praticadas desde os primeiros séculos de povoação destas terras tão distantes da administração colonial. Os produtos advindos de Buenos Aires e Montevideu tiveram um papel decisivo no abastecimento dos primeiros povoados da fronteira. No século XIX, através do rio Uruguai, o contrabando de manufaturas dos países rio-platenses viveu os seus momentos áureos. Desde essas épocas, o comércio é um fator determinante que propicia o contato transnacional. Com o objetivo pragmático de realizar a venda, os vendedores utilizam estratégias comunicativas para aproximarem-se e interagirem melhor com os seus consumidores.

Essa prática comercial fronteiriça sempre nos intrigou e despertou-nos o interesse em pesquisar o funcionamento das línguas portuguesa e espanhola neste espaço. Para a nossa surpresa, ao instigarmos a encontrar materialidades escritas em língua espanhola no comércio de Uruguiana, deparamo-nos com o uso de nomes de estabelecimentos comerciais em espanhol. O uso dos artigos determinantes do espanhol (el e la) acompanhando os nomes dos estabelecimentos foi recorrente, fato este que nos intrigou e despertou-nos o nosso interesse em, através da perspectiva teórica da Semântica do Acontecimento, analisar o funcionamento das designações.

O contato do pesquisador com o comércio e, posteriormente, com os comerciantes, nas duas visitas de uma semana ao município, foi determinante para a posterior análise enunciativa das designações. A primeira visita foi somente para encontrar as materialidades, andou-se por todo o comércio, conhecendo a sua realidade linguística, já a segunda visita foi enriquecida com os falares dos comerciantes, que nos relataram sobre a sua relação com a fronteira e os motivos que os levaram a eleição do nome dos estabelecimentos.

Assim, no decorrer desta investigação, constatou-se que não é somente pela fala que as práticas linguísticas fronteiriças acontecem. A categoria enunciativa da

designação também se utiliza, na fronteira, como um mecanismo do funcionamento das línguas no Espaço de Enunciação Fronteiriço. Nas designações dos estabelecimentos comerciais analisadas demonstra-se que os falantes fronteiriços encontram-se afetados por duas línguas, o português e o espanhol, que os significam e significam os seus potenciais consumidores, enquanto habitantes da fronteira. Ao materializar-se nas designações dos estabelecimentos comerciais a língua espanhola significa politicamente os falantes e o espaço social, a fronteira, onde vivem. Por meio do uso dos artigos determinantes “el” e “la” e pelos sintagmas nominais em língua espanhola imprime-se no acontecimento de linguagem o pertencimento do espanhol no espaço de enunciação da língua portuguesa. O espaço de enunciação da fronteira não é um espaço monolíngue, ainda que esse fosse o ideal defendido pelo Estado durante décadas, principalmente a partir da segunda metade do século XX, nos governos nacionalistas.

Nas designações analisadas, há uma afirmação do *pertencimento* da língua espanhola, através do político, no Espaço de Enunciação Fronteiriço, espaço este que Sturza (2010) chama de espaço de *circular* e de *habitar*. Há uma rememoração de enunciações, que no acontecimento enunciativo resignificam-se. Está em funcionamento um *memorável castelhana* que influencia o presente do acontecimento. O artigo na enunciação cumpre outra função que não é o de restringir o nome, mas o de ampliá-lo. Determinar com o artigo do espanhol, nesta fronteira, é afirmar através da língua o seu *pertencimento* ao Outro, aos *castelhanos*. As relações fronteiriças não são apenas de rivalidade, mas de união, todos compartilham da mesma sociedade. As barreiras políticas e jurídicas impostas pelos Estados não foram capazes de barrar o contato e os costumes compartilhados entre os três países. Com esta pesquisa pode-se comprovar que a língua espanhola circula na cena do comércio fronteiriço através da escrita. A escrita proporciona uma maior perenidade às práticas linguísticas.

Através da análise semântico-enunciativa foi possível afirmar que no acontecimento enunciativo há sentidos políticos que imprimem na materialidade linguística a identidade fronteiriça. Este acontecimento está no tempo e se relaciona as questões histórico-sociais da fronteira. Esse histórico no acontecimento é retomado, resignificado. Há algo na enunciação que já foi dito (*memorável*) e que

constitui o dizer, sendo repetido, mesmo que resignificado pelo presente da enunciação.

Acreditamos que o fato de desafiar-nos, no começo desta investigação, ao intento de encontrar materialidades escritas em espanhol, no comércio de Uruguaiana, abriu a possibilidade de estudar a designação na fronteira. Logo, esta pesquisa irá contribuir para o campo da Linguística Fronteiriça, principalmente para aqueles que se interessam pela questão do contato das línguas, através de um olhar semântico-enunciativo. A Semântica do Acontecimento e os conceitos dela mobilizados deram conta da análise, o político marcou-se pela afirmação do *pertencimento*, o *memorável castelhano* e o Espaço de Enunciação Fronteiriço foram amplamente identificados no acontecimento de linguagem.

Os objetivos foram alcançados, com esta investigação pode-se afirmar que o espanhol também está presente no comércio da fronteira através da escrita. Sendo a designação, dentre as materialidades escritas encontradas, a que obteve maior destaque. Também se pode constatar que uma classe de palavras como o artigo, na enunciação, pode carregar outros sentidos além daqueles descritos pela gramática normativa. O artigo, nas designações analisadas, demonstrou que no acontecimento de linguagem esta fronteira não é dividida, ao contrário, ela é uma só. O artigo marca essa *identidade fronteiriça* dos falantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas/SP: EdUNICAMP, 1992.
- AVÈ-LLELÉMANT, R. (1953): **Viagem pelo sul do Brasil (1858)**, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro.
- ALVARENGA, Helga. A marca e o nome comercial – Uma análise comparativa. **Migalhas**. Disponível em: <file:///E:/A%20marca%20e%20o%20nome%20comercial%20-%20Uma%20análise%20comparativa%20-%20Migalhas%20de%20Peso.html> Acesso em: 13/05/2016.
- BUNSE, Heinrich. **Estudos de Dialetoologia no Rio Grande do Sul. Problemas, métodos e resultados**. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Faculdade de Filosofia), 1969. Resenha de: MAGALHÃES, Erasmo D'Almeida. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n.10, p.127-128, 1971. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/69723/72380> Acesso em: 30/06/2015.
- BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1988.
- BENEDETTI, Alejandro. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. **Fronteiras em foco**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.
- COLVERO, Ronaldo. **Negócios na Madrugada. O Comércio Ilícito na Fronteira do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Editora UPF, 2004.
- \_\_\_\_\_, Ronaldo & SOARES, Luiz Francisco. Uruguiana: A Estância como fronteira. **Estudios Históricos**, CDHRP, nº 3, dez, 2009.
- CATAIA, Márcio. O uso do território e fronteiras políticas no período da globalização. **Fronteiras em foco**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.
- CAMARGO, Fernando. **O Malón de 1801: a guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional**. Passo Fundo: Clio Livros, 2001.
- CHIAPPINI, Ligia, MARTINS, Maria Helena & PESAVENTO, Sandra. Fronteiras da paz. In: **Pampa e cultura: de Fierro a Netto / organizado por Ligia Chiappini, Maria Helena Martins e Sandra Jatahy Pesavento; Donaldo Schüller...[et al.]**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/Instituto Estadual do livro, 2004.
- ELIA, Sílvio. **Preparação à linguística românica**. Porto Alegre: Livraria Acadêmica, 1974.
- FLORES, Valdir & TEIXEIRA, Marlene. **Introdução à linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- FERNANDES, Ivani & STURZA, Eliana. A fronteira como novo lugar de representação do espanhol no Brasil. **Revista Signo y Señá**. Buenos Aires, v.20, p. 207-228, Jan., 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Lisboa: Vozes, 1972.
- GOLIN, Luiz Carlos. **A Fronteira**. Porto Alegre : L&PM, 2002. 400p.
- GRIMSON, Alejandro. **Cortar puentes, cortar pollos: conflictos económicos y agencias políticas en Uruguayana (Brasil) - Libres (Argentina)**. Roberto Cardoso de Oliveira e Stephen Grant Baines (Org.). Nacionalidade e etnicidade em fronteiras. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. 278 p.

GUIMARÃES, Eduardo. História e Sentido na linguagem. **Enunciação e História**. p. 71-79. Campinas, SP: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_, Eduardo. Cadernos de Estudos Linguísticos. **História, Sujeito, Enunciação**. p. 109-116. Campinas. Jul./Dez. 1998.

\_\_\_\_\_, Eduardo. Enunciação e Política de Línguas no Brasil. **Revista Letras**. Santa Maria, n.27, p.47-53, Dez.2003.

\_\_\_\_\_, Eduardo. **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 3ª edição, 2005.

\_\_\_\_\_, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

\_\_\_\_\_, Eduardo. Designação e espaço de enunciação: um encontro político no cotidiano. **Revista Letras**. Santa Maria, n. 26, p. 53-62, Jun.2003.

\_\_\_\_\_, Eduardo. A marca do nome. **Revista Rua**. Campinas, n. 9, p. 19-31, 2003.

\_\_\_\_\_, Eduardo. **Análise de texto** – Procedimento, Análises, Ensino. Campinas: Editora RG, 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 1995. 26. ed.

LEONETTI, Manuel (1999b). El artículo. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). **Gramática Descriptiva de la lengua española**. Madri: Espasa.

MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira Internacional: conceitos e tipologia. **Dilema e diálogos platinos**, Dourados, MS, v.2, p.59 a 72, 2010.

MACHADO, Carolina de Paula. Acontecimento enunciativo e temporalidade: análise de um texto publicitário. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, BA, v.13, n.1, p. 199-212, jun/2015.

MOTA, Sara dos Santos. **Línguas, Sujeitos e Sentidos**: o jornal nas relações fronteiriças no final do século XIX, início do século XX. 2010. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria.

\_\_\_\_\_, Sara dos Santos. **Portunhol e a sua re-territorialização na/pela escrit(ur)a literária**: os sentidos de um gesto político. 2014. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria.

MOITA LOPES, Luiz Paulo. **Português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola Editora, 2013.

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 11ª Edição, Campinas: Pontes Editores, 2013.

\_\_\_\_\_, Eni P. (org.). **Política Linguística na América Latina** – Campinas, SP: Pontes, 1988.

\_\_\_\_\_, Eni P. **Língua Brasileira e Outras Histórias** – Discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: Editora RG, 2009.

PONT, Raul. **Campos Realengos**: formação da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. V.II. Porto Alegre: Renascença, 1983. Vol. I.

POGGIO, Rosauta Maria. **Processos de gramaticalização de preposições do latim ao português: uma abordagem funcionalista**. Salvador: EDUFBA, 2002.

PARCIANELLO, Juciane Ferigolo. **O dizer na e sobre a língua e a fronteira enunciativa: sujeitos descendentes de imigrantes italianos dizendo e significando as línguas**. Novas Edições Acadêmicas, 2014.

PETRI, Verli; SCHERER, Amanda E; OLIVEIRA, Simone. Por uma política de arquivo na contemporaneidade a partir de fundos documentais. In: PATTI, Ane; FARIA, Daiana; GIORGENON, Daniela; ABRAHÃO E SOUZA, Lucília (Org.). **Textecendo discursos na contemporaneidade**. São Carlos: Pedro & João Editores, p-379-396, 2014.

RIGAU, Gemma (1999b). La estructura del sintagma nominal: Los modificadores del nombre. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (orgs.). **Gramática Descriptiva de la lengua española**. Madri: Espasa.

SILVA, Lucia Silva. **Uruguaiana e os Coronéis**. Porto Alegre: L.S.S.Evangraf, 2001.

SIPAVICIUS, Márcia. **Connotaciones socioculturales de los nombres de lugar**. Biblioteca Técnica de Política Lingüística, 2010. Disponível em: [https://www.academia.edu/28719243/CONNOTACIONES\\_SOCIOCULTURALES\\_DE\\_LOS\\_NOMBRES\\_DE\\_LUGAR](https://www.academia.edu/28719243/CONNOTACIONES_SOCIOCULTURALES_DE_LOS_NOMBRES_DE_LUGAR) Acesso em: 26/09/2016.

STURZA, Eliana R. **O espanhol da escola e o espanhol do cotidiano: um estudo de caso na fronteira Brasil-Argentina**. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria.

\_\_\_\_\_, Eliana R. **Línguas de Fronteira e Política de Línguas: uma História das Ideias Linguísticas**. 2006. Tese (Doutorado em Linguística) - UNICAMP, Campinas - SP.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Fronteiras e práticas lingüísticas: um olhar sobre o portunhol. **Revista RIL/II**, v. 1, n. 3, p.151-160, 2004.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**. São Paulo, vol.57, n.2, p. 47-50, Ab/Jun, 2005.

\_\_\_\_\_, Eliana R. **A designação de uma língua de fronteira e uma prática de análise na História das Ideias Linguísticas**. In: MOTTA-ROTH, D.; CABAÑAS, T.; HENDGES, G.R.(Org.). **Análises de textos e de discursos: relações entre teorias e práticas**. Santa Maria: PPGL – Editores, 2008. p.131-152.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Fronteiras, Línguas e Sujeitos. **Fronteiras em foco**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011.

\_\_\_\_\_, Eliana R. Espaço de enunciação e processos identitários. **Revista Quadrimestral da Faculdade de Educação / UNICAMP**. Campinas, SP, v.21, n.3 (63), p. 83-96, set./dez., 2010.

\_\_\_\_\_, Eliana R., A Interface Português/Espanhol: a Constituição de um Espaço de Enunciação Fronteiriço. V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISPANISTAS E I CONGRESSO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HISPANISTAS. 2008. **Anais do V Congresso Brasileiro de Hispanistas**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. Disponível em: <http://unbral.nuvm.ufrgs.br/base/items/show/8637> Acesso em: 09/10/2016.

VILLELA, Urbano Lago. **Atalaia da Pátria. O homem, o meio e a história**. Canoas: La Salle, 1970. 2. ed.

## **ANEXO A – MODELO DO PERFIL SOCIAL UTILIZADO**

**ANEXO B – TERMOS DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS DEVIDAMENTE ASSINADOS PELOS ENTREVISTADOS.**